UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DISCURSO DE MANIPULADORES DE ALIMENTOS DE ESCOLAS BRASILEIRAS

Goiânia
2017

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[X] Dissertação** **[ ] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Ingryd Garcia de Oliveira

Título do trabalho: **ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DISCURSO DE MANIPULADORES DE ALIMENTOS DE ESCOLAS BRASILEIRAS**

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Data: 13 / 02 /2017

Assinatura do (a) autor (a) [2]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

INGRYD GARCIA DE OLIVEIRA

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DISCURSO DE MANIPULADORES DE ALIMENTOS DE ESCOLAS BRASILEIRAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Orientadora:
Profª Drª Karine Anusca Martins

Coorientadora:
Profª Drª Estelamaris Tronco Monego

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Financiamento: Bolsa de mestrado Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Chamada Pública 04/2015).

Goiânia
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Garcia de Oliveira , Ingryd
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO DISCURSO DE MANIPULADORES DE ALIMENTOS DE ESCOLAS BRASILEIRAS [manuscrito] / Ingryd Garcia de Oliveira . - 2017.
90 f.

Orientador: Profa. Dra. Karine Anusca Martins; co-orientadora Dra. Estelamaris Tronco Monego.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição (Fanut) , Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde, Goiânia, 2017.

1. Alimentação Escolar. 2. Pesquisa Qualitativa. 3. Manipulação de Alimentos. I. Anusca Martins, Karine, orient. II. Título.

CDU 612.39

PPGNUT FANUT UFG

Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde — FACULDADE DE NUTRIÇÃO — UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Ata número cento e dezesseis de defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Às quatorze horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezessete, reuniu-se no(a) Miniauditório Jatobá, a Comissão Julgadora infra nomeada para proceder ao julgamento da Defesa de Dissertação apresentado (a) pelo (a) Pós-Graduando (a) Ingryd Garcia de Oliveira intitulada: Alimentação escolar no discurso de manipuladores de alimentos de escolas brasileiras, apresentado para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde, junto à Área de Concentração: Nutrição e Saúde, desta Universidade. O (A) Presidente da Comissão Julgadora Profª. Drª. Karine Anusca Martins, iniciando os trabalhos, concedeu a palavra ao (a) candidato (a) para exposição em trinta minutos do seu trabalho. A seguir, o (a) senhor (a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos Examinadores, os quais passaram a argüir o (a) candidato (a), durante o prazo máximo de trinta minutos, assegurando-se ao mesmo igual prazo para responder aos Senhores Examinadores. Ultimada a argüição, que se desenvolveu nos termos regimentais, a Comissão, em sessão secreta, expressou seu julgamento, considerando o (a) candidato (a) APROVADA [Aprovado (a) ou Reprovado (a)]. Em face do resultado obtido, a Comissão Julgadora considerou o (a) candidato (a), HABILITADA [Habilitado (a) ou não Habilitado (a)]. Nada mais havendo a tratar, eu Secretário Douglas Antônio Rocha Prado lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em três vias de igual teor.

Goiânia, vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezessete.

Banca Examinadora	Assinaturas
PROFª. DRª. KARINE ANUSCA MARTINS	Karine Anusca Martins.
PROFª. DRª. ANDRÉA SUGAI MORTOZA	Afulpetroza
PROFª. DRª. MARIA RAQUEL HIDALGO CAMPOS	MR H Campos

A Banca Examinadora aprovou a seguinte alteração no título da dissertação:

_____

_____

_____

Endereço: Rua 227 Qd 68 s/nº Setor Leste
Universitário – CAMPUS I.
CEP: 74.605-080

PABX: (62) 3209-6270 ramal 232
E-mail: pgfanut.ufg@gmail.com
Site: www.ppgnut.fanut.ufg.br

Trabalho dedicado às manipuladoras e aos manipuladores da alimentação escolar, também conhecidas(os) por merendeiras(os), tias(os) do lanche e outras denominações populares.

AGRADECIMENTOS

Existo graças à força maior que me permite cotidianamente prosseguir nas mais diversas manifestações de vida. Por isso inicio os agradecimentos por aqui, Àquele que me dá vida dia após dia.

À família, mãe Eliete, pai Divino, o impulso maior para que eu acredite nos meus sonhos. Minha irmã Isa, principalmente na reta final da dissertação, por dividir o notebook comigo. Agradeço também a paciência e a compreensão (ou não) das minhas ausências nos almoços, aniversários, ou no simples café da tarde com meus avós, ausência física, e às vezes, falha por ficar tanto tempo sem dar um telefonema pra colocar as conversas em dia (quem cobrou isso foi principalmente a minha avó Berenice).

À orientadora Karine Anusca por acreditar e me confiar este trabalho, todo o tempo extra dedicado às correções, sugestões e pensamentos que enriqueceram o trabalho. À coorientadora Estelamaris Monego, por sempre colocar seu ponto de vista, e pelas correções e horas dedicadas. Agradeço também à professora Ana Maria Cervato Mancuso, a conversa na USP e sua participação na banca de qualificação foram momentos engrandecedores para a construção do trabalho. Às professoras Jaqueline Lima e Maria Raquel Hidalgo, que também estiveram na qualificação e abrilhantaram o trabalho com suas considerações.

À FANUT que proporcionou (re)encontros pelos quais também sou grata. Assim agradeço à Simoni Urbano, pelos ensinamentos com o qualiquanti software. À Géssica Mércia pelas nossas conversas sobre pesquisa quali nos corredores da faculdade ou pelas ruas e bares de Barcelona. Ao Douglas, pelas orientações burocráticas e pelo auxílio com o Skype no dia da qualificação. Agradeço ao seu Afonso, por me ouvir nos pequenos desabafos (e também conversas leves) logo na entrada (e na saída) da FANUT, às vezes regados com café.

Romper os muros (físicos e mentais) da FANUT também proporcionou (re)encontros que me fortaleceram enquanto pessoa e ajudara em reflexões e

construções sobre pesquisa qualitativa. Então agradeço também aos que se tornaram cúmplices de luta, de debate, de ocupação, de música, de Balaio, de LANUTRI, de cultura popular, de amor, carinho e trocas. Se reconheçam nesse parágrafo.

Encerro agradecendo pelo encontro que tive com a pesquisa qualitativa. E refletindo sobre, quero parafrasear algo escrito por mim: ‘’não somos profissões, números, estatísticas e classificações. Somos afeto, carinho, voz, som, cuidado, alma, amor.’’

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender o discurso de manipuladores de alimentos de escolas brasileiras acerca da Alimentação Escolar e da Educação Alimentar e Nutricional neste ambiente. Pesquisa qualitativa, na qual utilizou-se a análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), composto por expressões chave - as principais ideias contidas na fala dos sujeitos individuais sendo posteriormente expressas em uma dimensão coletiva por meio do agrupamento de expressões chaves semelhantes, compondo o DSC. Fizeram parte da amostra 57 escolas públicas das diferentes regiões brasileiras, incluindo-se as capitais e municípios do interior. O levantamento das falas se deu por meio de entrevistas presenciais, no ano de 2013 em visitas às escolas, com auxílio de roteiro semiestruturado, o qual permitiu levantar compreensões de manipuladores e assimilações sobre o conceito de alimentação escolar e seu papel no processo educativo; suas atribuições; quais orientações recebidas sobre alimentação escolar e atividades que realizavam em conjunto com o nutricionista. Observou-se que para os manipuladores, a alimentação escolar é saudável e adequada, e visa contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento dos escolares. Em relação às suas atribuições, a maioria percebe seu papel destinado à manipulação e boas práticas de higiene com os alimentos. O mesmo foi observado nas orientações que recebem da gestão, e nas atividades desenvolvidas com o nutricionista, predominando expressões que enfatizam o cunho técnico operacional da profissão. Os resultados mostraram potenciais inerentes à prática do manipulador de alimentos na escola, como a percepção sobre a necessidade do fornecimento de alimentos saudáveis e de práticas que incentivem bons hábitos alimentares entre os escolares. Contudo, sua rotina impede seu envolvimento com ações de educação em saúde, além de outros entraves, como as atividades de formação centradas no aspecto sanitário e na transmissão vertical de conhecimento.

Palavras-chave: alimentação escolar, pesquisa qualitativa, manipulação de alimentos.

ABSTRACT

School Feeding and Food and Nutrition Education in the speech of food handlers from Brazilian schools

The main objective of this study is comprehend the speech of food handlers from Brazilian schools about school feeding and food and nutrition education. A qualitative research in which the analysis of Collective Subject Discourse (CSD) was used, that allows the rescue of social representations. It is composed by key expressions – the main ideas contained in the speech of individual subjects being subsequently expressed in a collective dimension through the grouping of similar key expressions, that comprise the CSD. The sample consisted of 57 public schools from different Brazilian regions, including capitals and municipalities within the states. The lifting of the speeches took place through face-to-face interviews, carried out in 2013 on visits to schools, with the aid of a semi-structured script, which allowed to raise understandings of manipulators and assimilations about the concept of school feeding and its role in the educational process, their assignments; what guidance about school feeding they receive; what activities they accomplish in conjunction with the professional nutritionist. It was observed that for the handlers, school feeding is healthy and appropriate, and seeks to contribute to the learning and development of students. Regarding to its attributions in the school environment, most realize their role for the handling and good hygiene practices with food. A similar result was observed in the guidance they receive from management, and activities developed in conjunction with the nutritionist, in which there was a predominance of expressions about operational technical nature activities.. The results revealed inherent potentials to the practice of food handler at school, as the perception of the need for providing healthy foods and practices that encourage good eating habits among students. However, their routine prevents their involvement with health education, besides other obstacles, such as training activities centered on the health aspect and vertical transmission of knowledge.

Key words: School feeding, qualitative research, food handling.

LISTA DE SIGLAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
CNAE	Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EA	Educação Alimentar
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
ECH	Expressões Chave
EN	Educação Nutricional
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FISI	Fundo Internacional de Socorro à Infância
IC	Ideias Centrais
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
PLANSAN	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PSE	Programa Saúde na Escola
RS	Representações Sociais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG Universidade Federal de Goiás

UNICEF *United Nations Children's Fund*

SUMÁRIO

	CAPÍTULO 1.....	12
1	**INTRODUÇÃO**.....	12
2	**REVISÃO DA LITERATURA**.....	15
2.1	POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO.....	15
2.2	A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.....	17
2.3	O MANIPULADOR DE ALIMENTOS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	20
3	**OBJETIVOS**.....	27
	OBJETIVO GERAL.....	27
	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	27
4	**METODOLOGIA**.....	28
4.1	TIPO DE ESTUDO.....	28
4.2	CENÁRIO E SUJEITOS DE ESTUDO.....	28
4.3	TRABALHO DE CAMPO.....	29
4.4	VARIÁVEIS DO ESTUDO.....	30
4.5	ANÁLISE DOS DADOS.....	30
4.6	ASPÉCTOS ÉTICOS.....	31
	REFERÊNCIAS.....	32
	CAPÍTULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1.....	39
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
	APÊNDICES.....	62
	ANEXOS.....	78

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

A alimentação escolar enquanto política social deve estar contextualizada na prática do conjunto dos atores envolvidos no cotidiano da escola. Cabe ao nutricionista, dentre outras atribuições, estabelecer uma contínua articulação com os profissionais da educação, a fim de pactuar um trabalho conjunto em prol do incentivo à hábitos de vida saudáveis instigados dentro do ambiente escolar (JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

Nesta perspectiva, gestores, professores, coordenadores pedagógicos, nutricionistas e manipuladores da alimentação escolar devem ser considerados agentes promotores no processo de educação em saúde e em alimentação e nutrição (BERNARDON et al., 2009).

No entanto, mesmo após a criação de programas que incentivam e reforçam as práticas de educação em saúde nas escolas, com destaque para o ‘’Programa Saúde na Escola (PSE)’’ (BRASIL, 2007), ‘’Projeto Educando com a Horta Escolar’’ (BRASIL, 2012a); a ‘’Portaria Interministerial n^{o}1010’’ (BRASIL, 2006a) e o “Projeto Criança Saudável Educação Dez” (BRASIL, 2005), ainda não está evidente o papel do manipulador da alimentação escolar como ator no processo de promoção da alimentação saudável, cabendo-lhe exclusivamente as funções técnicas com fins de produção das refeições e de atividades de higienização de áreas físicas (CARVALHO, et al., 2008; FERNANDES; FONSECA; SILVA, 2014).

Os manipuladores de alimentos conhecem o estoque de gêneros alimentícios da escola e fazem a escolha daqueles que serão servidos de acordo com o cardápio. Sua inserção em ações que estão além de funções técnicas e operacionais contribui para estratégias de garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), uma vez que tais profissionais participam de todo o processo de produção e distribuição da alimentação escolar (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

A rotina escolar possibilita que tais profissionais tenham um importante convívio com os escolares, condição que permite maior sensibilidade para relações

que transcendem o trabalho manual de produção da alimentação, como o desenvolvimento de afetividade com alunos e uma possível preocupação com a sua saúde (CARVALHO et al., 2008).

As práticas profissionais que perpassam o ambiente escolar são permeadas por saberes tradicionais e culturais que se expressam na prática profissional. Em relação aos manipuladores de alimentos, tais saberes podem ser ainda mais evidentes, já que frequentemente possuem muitos anos de trabalho na alimentação escolar. Assim, treinamentos, capacitações ou formações técnicas que não levem em consideração a construção compartilhada de saberes, de práticas e soluções, podem não alcançar resultados almejados, como a efetivação de um ambiente escolar promotor de hábitos de vida e alimentação saudáveis (TANAJURA; FREITAS, 2012; TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

Sua atuação exclusivamente em atividades técnicas refletem os entraves para que seja um agente promotor da alimentação saudável no ambiente escolar. Alguns fatores associados são a sobrecarga de serviços que demandam esforços físicos, como higienização de estruturas e utensílios e a produção das refeições em larga escala. E ainda, a baixa escolaridade e a desvalorização atribuída a este grupo de profissionais fazem com que tais profissionais não percebam que seu trabalho pode estar associado à processos educativos (TAKAHASHI; PIZZI; DINIZ, 2010).

Na escola, atividades de cunho educativo são historicamente atribuídas a professores e gestores, ficando a cargo dos manipuladores de alimentos as funções técnicas de produção das refeições (CARVALHO et al., 2008).

No campo da alimentação, uma das estratégias de ensino e incentivo é a Educação Alimentar e Nutricional (EAN), que deve ser construída permeando os princípios da interdisciplinaridade, intersetorialidade e atuação multiprofissional, tendo como pilares a educação popular, horizontal e problematizadora. Assim, é necessário o envolvimento de todos os atores inseridos na comunidade escolar, de forma que a rotina da escola seja permeada pela autonomia dos sujeitos e protagonismo nas ações que promovam a alimentação saudável (BRASIL, 2012b).

Tornar os manipuladores da alimentação escolar alheios aos processos que proporcionem sua atuação protagonista em atividades de EAN significa retroceder e minimizar o papel da escola na promoção de hábitos alimentares saudáveis (BELIK; CHAIM, 2009).

Além disso, torna-se primordial seu envolvimento em contextos de educação permanente em saúde, os quais valorizem seu papel na escola, para que possam executar e reafirmar práticas de incentivo e ensino sobre alimentação saudável, destacando-se ainda a valorização dos saberes tradicionais e diálogo horizontal entre todos os atores sociais da escola (DEVIDES; MAFFEI; CATAZONI, 2014).

Considerando que as realidades sociais, culturais, politicas e econômicas nas diferentes regiões do Brasil podem influenciar a percepção e opinião dos indivíduos inseridos nesses locais, a presente pesquisa propõe-se a compreender o discurso de manipuladores de alimentos de diferentes regiões do país acerca da alimentação escolar e da EAN nesse processo.

Assim, a partir do estudo dos discursos espera-se que as reflexões levantadas no presente estudo possam problematizar a inserção dos manipuladores de alimentos no ambiente escolar, e que além disso contribuam para construção de novas abordagem do seu trabalho. De forma que seu trabalho seja reconhecido como atividades de amor, afeto, e por tanto, de educação e promoção da alimentação saudável.

1 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 POLÍTICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

As principais políticas de alimentação no Brasil surgiram a partir de estudos e inquéritos que denunciaram problemas relacionados ao acesso à alimentação, como a fome e a desnutrição. Além disso, a necessidade de se garantir o direito à alimentação, socialmente construído, impulsionou a criação das políticas de alimentação com posteriores modificações, que passaram da prática assistencialista, entendida neste contexto, como a distribuição ou doação de alimentos, a pautar-se pela garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) (BARROS; TARTAGLIA, 2003).

Do Brasil colonial até meados da década de 1930, os esforços do governo eram para realizar o abastecimento alimentar da população. Sendo assim, as principais ações consistiam em manter a produção alimentícia das culturas para exportação, enquanto a população era atendida, sobretudo por meio de comissões do governo, as quais se encarregavam do controle dos estoques e da distribuição de alimentos (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001).

Por volta da década de 1940, importantes estudos contextualizaram os problemas de acesso à alimentação, época em que as denúncias da fome passaram a compor o cenário brasileiro. Dentre os protagonistas desse momento histórico, destacou-se Josué de Castro, que analisou o fenômeno da fome coletiva e seus determinantes no Brasil e pontuou os principais fatores associados a essa calamidade em cada região do país. Para Castro os problemas de acesso à alimentação eram de ordem política, econômica e social, e não uma causa natural da seleção das espécies como chegou-se a considerar na época (teoria malthusiana). Assim, chamou a atenção para a necessidade da criação e implementação de políticas de alimentação para a população brasileira (CASTRO, 1984; ZIEGLER, 2012).

A partir dos estudos de Josué de Castro e da efervescência movimentos sociais denunciando mazelas sobre a fome, setores do governo se organizaram a fim de estruturar a atenção à alimentação da população. Destacaram-se nesse sentido, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) em 1940 e a

Comissão Nacional de Alimentação (CNA) em 1950. Um Marco foi a criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972 vinculado ao Ministério da Saúde, que dente outras políticas e progremas era responsável pela Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 1999 e atualizada em 2012. Além da realização de espaços de debate político e social que reivindicavam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no contexto do DHAA, como as Conferências e criação dos Conselhos de SAN (BARROS; TARTAGLIA, 2003; BRASIL, 2012c; BRASIL, 2006b).

Contudo, o caráter assistencialista dos programas foi uma das críticas que se teve acerca desse período. Apesar da importância das primeiras ações do governo para atender a população, a alimentação ainda não era um direito constitucional, e não havia a garantia de SAN nas estratégias do governo (ROCHA, 2011).

Uma tentativa de romper com o enfoque assistencialista da distribuição de alimentos, deu-se no governo de Itamar Franco, década de 1990. A partir das informações obtidas com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1986 e 1990), foi criado o Plano de Combate à Fome, a Miséria e pela Vida. O documento delineava ações intersetoriais em cada Ministério, as quais poderiam propiciar mudanças no cenário de calamidade social na qual a população brasileira vivia. Preconizava-se ainda, a incorporação das áreas social, política e econômica, geração de emprego e renda, políticas agrícolas e agrárias (SILVA, 1995).

Em 2002, com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, o qual tinha como tema central de seu governo as propostas de erradicação da fome no Brasil, fortaleceram-se os debates e ações sobre a SAN no cenário Brasileiro. A exemplo houve a recriação de espaços como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e a realização da II Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (VASCONCELOS, 2005; ROCHA, 2011).

Um marco para as políticas de alimentação e nutrição foi a mobilização social à luz das articulações do CONSEA, resultando em 2006, na criação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). A alimentação passou a fazer parte dos direitos sociais, sendo que, no ano de 2010 foi aprovada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 64, por meio da qual a alimentação passou a compor um dos direitos da Constituição Brasileira (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2010).

Desta forma, é dever do Estado assistir à população com ações efetivas, pautadas na garantia de todos ao acesso regular e permanente ao alimento de

qualidade e em quantidade suficiente, além do respeito à cultura alimentar dos povos. Preconiza-se que tais políticas sejam baseadas nos princípios da sustentabilidade ambiental, econômica e social (BRASIL, 2006b).

Nesse sentido, destaca-se a alimentação escolar enquanto política social, como forma de ampliar o acesso à alimentação saudável e adequada, se traduzindo em uma estratégia para o alcance do DHAA e da SAN.

2.2 A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Com vistas a reverter os contextos de fome e desnutrição instalados no Brasil, por volta da década de 1940 o governo articulou diferentes estratégias em nível nacional. Após a criação de políticas como o salário mínimo, o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e a Comissão Nacional de Alimentação (CNA), foi criada a Campanha da Merenda Escolar cuja estratégia era a busca por colaborações e doações de alimentos para serem distribuídos nas escolas (PEIXINHO, 2013).

A alimentação escolar até então não obrigatória, passa a legalmente garantida no Brasil a partir da década de 1950, por meio do Decreto n° 37.106, de 31 de março de 1955. A suplementação alimentar durante o período escolar foi associada à melhoria do aprendizado além de ser uma estratégia de enfrentamento da fome (BRASIL, 1955).

No período de 1955 até a década de 1970, a campanha da merenda escolar passou por expressiva ampliação, denominando-se Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE). Nessa época houve predominantemente o apoio de órgãos internacionais para sua execução, os recursos eram provenientes do *United Nations Children's Fund* (UNICEF) e do Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI). Na década de 1960, a CNAE foi contemplada com alimentos provenientes dos Estados Unidos por meio do programa "Alimentos para a Paz" e do Programa Mundial de Alimentos, na modalidade de financiamento internacional. Apesar disso, a cobertura do Programa ainda era reduzida, pois não contemplava todos os estudantes da rede pública, não havia regularidade das doações de alimentos e a cultura alimentar bem como a aceitabilidade da merenda não eram considerados (PEIXINHO, 2013; VASCONCELOS, 2005).

Em 1976, a Campanha passa a integrar o II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (II PRONAN), sob coordenação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN). Nessa época, o atendimento à merenda escolar consistia na suplementação alimentar para escolares de 1º grau e pré-escolares matriculados na rede pública de ensino, com refeições cujo valor nutricional equivalia a 15% das necessidades energéticas diárias (SANTOS et al., 2007).

Em 1979, a CNAE assumiu a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), até o ano de 1984 foi um dos principais eixos de ação do II PRONAN privilegiando ações em regiões mais carentes do Brasil. A proposta era que o PNAE realizasse a integração entre vários ministérios, para que se efetivasse, por exemplo, o incentivo à produção de alimentos e a aquisição de gêneros alimentícios do pequeno produtor. Porém, a falta de apoio político e sucessivos cortes orçamentários dificultaram a operacionalização das ações propostas pelo II PRONAN (PEIXINHO, 2013; SILVA 1995).

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 representou um marco neste contexto, assegurando que todos os escolares da rede pública de ensino fundamental tivessem direito à alimentação escolar, garantida pelos governos federal, estadual e municipal. Assim, a alimentação escolar começou a assumir um caráter de politica social (BRASIL, 1988; SANTOS et al., 2007).

Outro fator que contribuiu para modificações no âmbito do PNAE foi o momento político pós-constituinte. Nesse período, as lutas de movimentos sociais que pautavam a fome como uma mazela social, conclamavam que a garantia da alimentação saudável e adequada passasse a compor as políticas públicas. Nessa mesma época, o PNAE avançou em sua forma de execução (ROCHA, 2011; VASCONCELOS, 2005).

Dentre as mudanças, destacou-se a descentralização do Programa, cabendo aos municípios a aquisição de gêneros para a alimentação escolar, proporcionando a valorização da cultura alimentar regional, o que oportunizou um incentivo ao comercio e produção agrícola, bem como a aquisição de alimentos no próprio município (BRASIL, 2009; PEIXINHO, 2013).

Outras mudanças contemplaram a necessidade de estratégias de promoção da saúde no ambiente escolar, considerando a transição nutricional ocorrida nas últimas décadas (aumento do sobrepeso e obesidade e redução da desnutrição). Assim, além do fornecimento de alimentos mais saudáveis e a restrição de alimentos

prejudiciais à saúde, o PNAE preconizava estratégias de ensino-aprendizagem, bem como a alimentação escolar inserida em dimensões pedagógicas (BRASIL, 2013; FAO, 2014).

Os avanços mais recentes ocorridos na alimentação escolar estão relacionados à promulgação da Lei nº 11.947 em 16 de junho de 2009. Por meio de articulações entre o governo federal e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), o PNAE se fortalece enquanto política pública, expandindo o atendimento a todos os alunos matriculados na rede pública de ensino. De acordo com a Lei nº 11.947 (BRASIL, 2009), são objetivos do Programa:

> *‘’ (…) contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo” (BRASIL, 2009, p.2).*

A Resolução n° 26/2013 (BRASIL, 2013), que dispõe sobre o atendimento à alimentação escolar, reconhece que a alimentação adequada e saudável:

> *‘’ é um direito fundamental do ser humano (...), sendo inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (…)” (BRASIL, 2013, p.2).*

Nesse sentido, a alimentação escolar pauta o atendimento às necessidades nutricionais dos escolares e o fomento ao desenvolvimento social da comunidade escolar e do meio no qual ela se insere (SIQUEIRA et al., 2014).

A alimentação escolar se estabelece como direito com vistas à garantia da SAN, uma vez que, preconiza o emprego de alimentos adequados e saudáveis com respeito à cultura local; inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos

currículos e rotinas escolares; preza pela universalidade do atendimento a todos alunos da rede pública de ensino; inclui a participação da comunidade escolar no controle operacional do programa por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e apoia o desenvolvimento sustentável por meio da aquisição de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2013).

A alimentação escolar para além do fornecimento dos alimentos deve ser uma corresponsabilidade entre todos os atores sociais que compõem este espaço incluindo professores, diretor (a), coordenador (a), manipuladores (as) de alimentos, profissionais de serviços gerais, pais ou responsáveis e os alunos (BRASIL, 2012b; SANTOS, 2013).

As atividades dos manipuladores frequentemente estão associadas às práticas centradas nos trabalhos operacionais e no tecnicismo, desta forma, esses profissionais não se percebem inseridos em contextos de promoção da saúde e incentivo aos hábitos alimentares saudáveis (CARVALHO et al., 2008).

Por esta razão, é licito compreender as percepções que tais profissionais apresentam sobre a alimentação escolar e como se veem nos processos que permeiam o ambiente escolar.

2.3 O MANIPULADOR DE ALIMENTOS NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A Resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) RDC nº 216, de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, considera que manipulador de alimentos é qualquer pessoa do serviço de alimentação que entra em contato direto ou indireto com o alimento durante as etapas da manipulação (BRASIL, 2004).

São escassos os registros oficiais que relatam a inclusão desse profissional no ambiente escolar. As primeiras atividades relacionadas ao preparo de lanches nas escolas eram desempenhadas voluntariamente, e na maioria das vezes, por mães de alunos que se dispunham a preparar a merenda servida durante o recreio, além disso, se encarregavam da limpeza da escola. A necessidade de se oferecer a alimentação aos escolares como forma de contribuir com o aprendizado, somado aos resultados dos estudos e inquéritos que identificaram a desnutrição e fome entre a população, foram fatores determinantes para que em diversos locais do país

ficasse evidente a necessidade de consolidar a alimentação escolar como uma política social (COSTA et al., 2001).

A criação da CNAE, na década de 1940, fez com que os estados se organizassem para o fornecimento da alimentação escolar. Nessa época, a alimentação servida era composta principalmente por leite em pó e farinha de cereais, além de leguminosas enriquecidas com macro e micronutrientes (FERNANDES; FONSECA; SILVA, 2014). Os profissionais encarregados pelo preparo da merenda ficaram popularmente conhecidos como merendeiras (os), que exerciam seu trabalho de acordo com conhecimentos e experiências adquiridos durante a vida (BELIK; CHAIM, 2009).

Diante das necessidades de controle higiênico sanitário dos alimentos, sobretudo a partir do ano de 1990, houve uma institucionalização em massa refletida na elaboração de legislações para o controle e a implementação das boas práticas de manipulação dos alimentos, como a Portaria nº 1.428 de 26 de novembro de 1993, pelo Ministério da Saúde, que traz orientações sobre Boas Práticas de Produção e Prestação de Serviço (BRASIL, 1993).

No âmbito do PNAE, uma das principais mudanças foram as publicações sobre boas práticas de manipulação da alimentação escolar, com a substituição do termo “merendeiras(os)” para “manipuladoras(es) da alimentação escolar’’ (FERREIRA; LANFER-MARQUEZ, 2007; BRASIL, 2013).

Apesar de não haver normas ou políticas que definam o manipulador de alimentos da alimentação escolar, seu papel tem sido analisado em estudos que investigam, sobretudo, aspectos associados às suas percepções do processo de produção e distribuição da alimentação escolar, condições de trabalho, identificação de fatores de risco sanitário para o alimento e abordagens acerca da saúde do manipulador durante os procedimentos operacionais do trabalho e capacitações ou treinamentos com conteúdos técnicos (FERNANDES, FONSECA, SILVA, 2014; TANAJURA, FREITAS, 2012).

Nos últimos anos, as mudanças ocorridas no atendimento à alimentação escolar no âmbito do PNAE, podem caracterizar o atual perfil de manipuladores desse espaço. A oferta de refeições (almoço/jantar) ao invés de lanches provocou a alteração do termo “merenda escolar” para “alimentação escolar”. Nesse sentido, a produção de refeições mais complexas e elaboradas com a finalidade de atender as necessidades nutricionais dos escolares, implicou no aumento de trabalho do

manipulador e com isso, o desgaste físico decorrente da excessiva carga de tarefas desempenhadas (PEIXINHO, 2013; TANAJURA, FREITAS, 2012).

O fornecimento de alimentos saudáveis e seguros do ponto de vista microbiológico tem refletido no trabalho do manipulador atrelado à operacionalização nos serviços de alimentação. Assim, dentre as atribuições do manipulador no ambiente escolar, são priorizadas aquelas que envolvem boas práticas de higiene (utensílios, alimentos e ambientes), armazenamento e estocagem adequada dos alimentos, utilização de equipamentos de proteção individual, dentre outros (CARVALHO et al., 2008; COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002).

Para compreender a inserção dos manipuladores de alimentos na escola é necessário refletir sobre as (re)contruções que modificam e caracterizam o ambiente escolar enquanto campo social. Dentre essas ressignificações está o momento da alimentação, cotidiano em grande parte das escolas. Nos diferentes contextos escolares essa prática é caracterizada por um *habitus* construído pelos atores sociais que o opera, esse *habitus* é alimentado pelos significados, sentidos e práticas desenvolvidas em sua rotina escolar, o que também irá denotar o seu papel na escola (BARBOSA et al., 2013).

A desvalorização do manipulador como profissional, tem sido outro aspecto considerado ao se caracterizar o seu papel na escola. O baixo nível de escolaridade e a remuneração reduzida provavelmente são fatores que explicam tal condição, que pode ser conferida pelos próprios manipuladores ou por profissionais como gestores, professores e diretores. É importante destacar que a sua invisibilidade dentro do ambiente escolar, pode refletir ainda no distanciamento das relações interpessoais entre o manipulador e os outros atores sociais da escola, bem como na ausência de políticas que promovam a sua inserção no contexto escolar para além das funções operacionais (MONLEVADE, 1995; TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

No que tange aos princípios e diretrizes para formação de hábitos alimentares saudáveis, a inserção dos manipuladores de alimentos em ações de caráter educativo e de incentivo para tal formação, representa uma estratégia para garantia de SAN e DHAA, uma vez que, participam de todo o processo de produção da alimentação escolar (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

A história da alimentação escolar evidencia que, por um tempo, representava o aspecto biológico da superação da fome com o fornecimento de alimentos. Atualmente, também preza pela promoção de hábitos saudáveis por meio da

inserção da temática da alimentação saudável no currículo escolar (ASSAO et al., 2012). Porém, a modificação nos objetivos do PNAE parece não ter contextualizado as necessidades de mudança na formação dos manipuladores, que continuam desenvolvendo prioritariamente atividades operacionais, mantendo a lógica da segurança sanitária do alimento. Prova disso é que o papel do manipulador na alimentação escolar como agente em atividade de educação em alimentação não é reconhecido na atual legislação do Programa (BRASIL, 2009; BRASIL, 2013).

Os manipuladores da alimentação escolar agem diretamente na escolha dos alimentos que compõem as refeições do cardápio e conhecem o estoque disponível para o preparo diário da alimentação escolar. Outro fator relevante nesse sentido, é que conhecem as preferências alimentares dos escolares, assim podem intervir de forma a promover maior aceitabilidade da alimentação preparada (ASSAO et al., 2012; CARVALHO et al., 2008).

A afetividade é uma característica identificada na relação entre os manipuladores e escolares. Com o convívio intenso e diário no ambiente escolar, o possível afeto do manipulador pelos escolares, pode levar a uma preocupação com a saúde destes, o que possivelmente poderá refletir em práticas de incentivo para uma alimentação saudável no ambiente escolar (CARVALHO, et al., 2008; FERNANDES; FONSECA; SILVA; 2014).

A consolidação de uma alimentação escolar que transcende o atendimento das necessidades nutricionais, assumindo também um caráter educativo na promoção de hábitos saudáveis, implica na corresponsabilidade entre todos os atores da escola. Assim, o desenvolvimento da EAN no ambiente escolar deve ser contextualizado à realidade e rotina escolar (CHAVES et al., 2013).

Nesta perspectiva, gestores, professores, coordenadores, pedagógicos, nutricionistas e manipuladores da alimentação escolar devem ser considerados agentes promotores nos processos que extrapolem o fornecimento das refeições (BERNARDON et al., 2009).

Contudo, as relações entre nutricionistas e manipuladores da alimentação escolar são pautadas em orientações e práticas higiênicos-sanitários que perpassam a produção das refeições, assim os treinamentos e capacitações destinados ao manipulador, evidenciam uma preocupação em qualificar tecnicamente o trabalho destes profissionais para o desempenho correto de suas funções (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002; TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

Análise do processos de capacitação técnica, em detrimento da formação integral do manipulador para ações que propiciem vivências escolares promotoras da alimentação saudável, sugerem que esse tipo de treinamento pode interferir nas concepções e percepções destes profissionais sobre o seu papel nas atividades que desempenham na escola (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002). Ao se avaliar as percepções vinculadas à alimentação escolar, muitos manipuladores não reconhecem a escola como espaço propício ao desenvolvimento da EAN, nem mesmo a possibilidade de integrar-se à equipe em atividades de promoção da alimentação saudável (ASSAO et al., 2012).

Destaca-se ainda a necessidade de toda a equipe envolvida no ambiente escolar reconhecer o papel do manipulador no incentivo às práticas alimentares saudáveis no ambiente escolar (ASSAO et al., 2012).

No contexto das mudanças ocorridas na alimentação escolar, os avanços que levaram da distribuição de alimentos por meio de doações à garantia da alimentação escolar enquanto política e busca pelo DHAA, além da construção do caráter educativo da alimentação escolar, exigem a reconstrução dos papéis sociais de todos os atores que estão envolvidos na alimentação escolar, incluindo as práticas dos manipuladores de alimentos.

O manipulador, parte fundamental deste processo, merece atenção especial para que sua atuação enquanto agente de promoção seja reconhecida e incentivada pelos demais profissionais da escola. Nesse sentido faz-se necessário conhecer as percepções dos manipuladores acerca da alimentação escolar, e assim avaliar qual a relação entre este profissional e a execução desta política, como ele a percebe e como define o papel da alimentação escolar no processo educativo.

Compreender a alimentação escolar no discurso de manipuladores de alimentos envolve a análise das atribuições destes profissionais a partir de sua perspectiva, bem como refletir sobre os significados e sentidos que atribuem à alimentação escolar, e, além disso, em que medida reconhecem a possibilidade de se integrarem em funções que vão além das atividades técnicas de rotina, por exemplo, seu envolvimento nos processos de promoção da alimentação saudável.

A reflexão apresentada contextualiza o manipulador de alimentos na alimentação escolar fazendo uma linha do tempo com marcos que levaram às mudanças ao longo da história (Figura 1). Hoje a alimentação escolar à luz do PNAE representa uma política pública que busca minimizar as desigualdades sociais que

perpassam o acesso ao alimento. Assim, a presente pesquisa coloca os manipuladores de alimentos no centro das reflexões sobre a alimentação escolar, discutindo sua inserção no cenário nacional pelo seu próprio olhar.

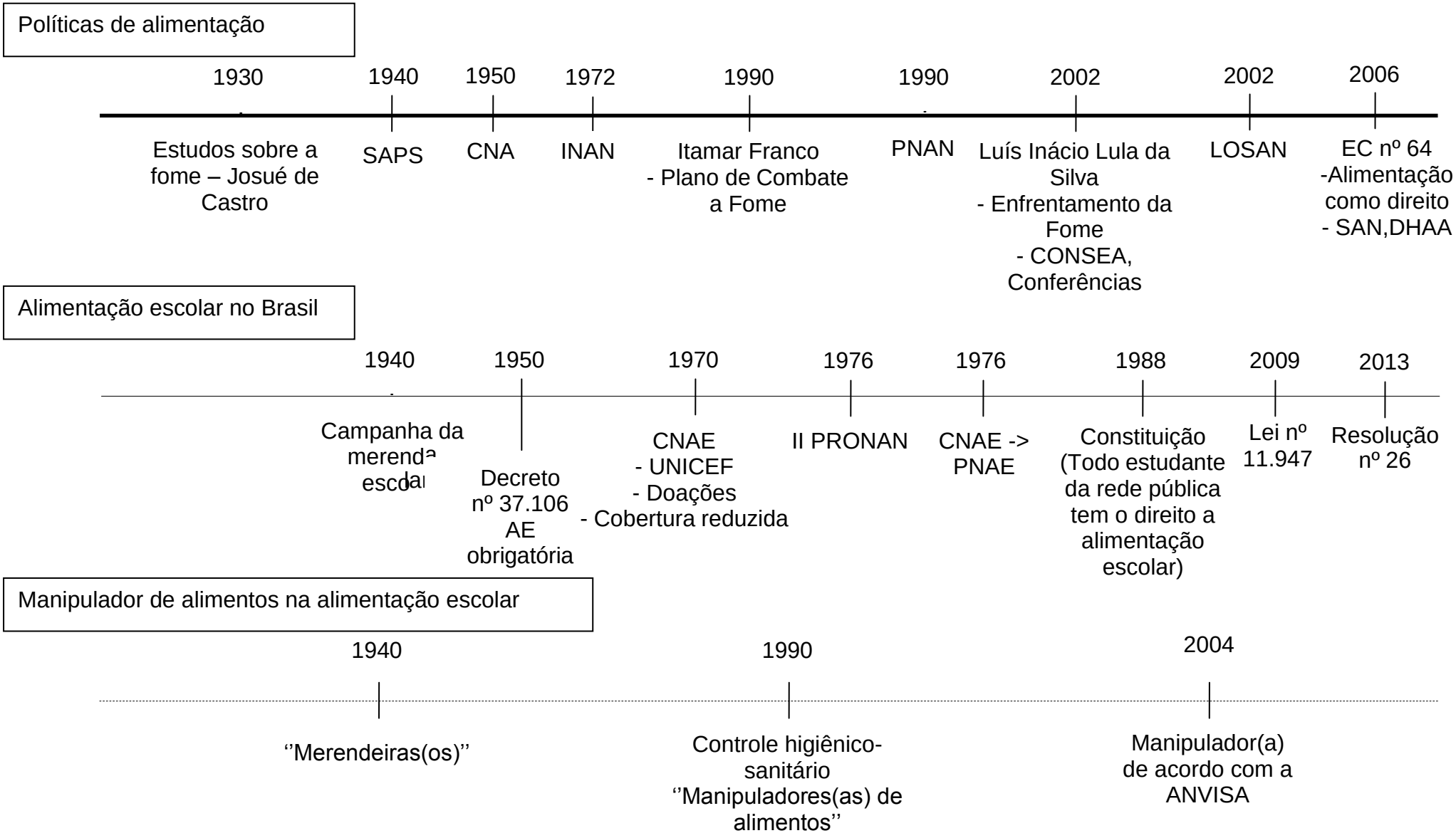

Figura 1. Linha do tempo de evolução das políticas de alimentação, alimentação escolar e inserção do manipulador de alimentos na alimentação escolar.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o discurso de manipuladores de alimentos acerca da alimentação escolar em escolas brasileiras.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Caracterizar os sujeitos da pesquisa quanto ao sexo, escolaridade e o tempo de trabalho na alimentação escolar;
- Identificar o papel da alimentação escolar no processo educativo à luz do discurso de manipuladores de alimentos;
- Refletir sobre as atribuições do manipulador de alimentos no ambiente escolar segundo seu olhar;
- Relacionar no discurso dos manipuladores de alimentos as orientações recebidas sobre alimentação escolar e as atividades realizadas em conjunto com nutricionistas;

4 METODOLOGIA

4.1 TIPO DE ESTUDO

Estudo do tipo qualitativo com abordagem analítica de discursos explicitados por manipuladores de alimentos da alimentação escolar.

O estudo qualitativo é o que melhor se aplica para o conhecimento das relações sociais, das práticas cotidianas, das representações, das percepções e das opiniões. Desta forma, pesquisas qualitativas possibilitam a construção de indicadores que perpassam relações sociais (MINAYO, 2014).

Na pesquisa qualitativa, o conhecimento e a análise das percepções do sujeito tornam possível a construção de Representações Sociais (RS). Estas expressam ideias, constatações, opiniões e significados oriundos do pensamento, das vivências e das práticas sociais de determinado grupo (BÔAS, 2010).

As RS podem ser expressas em discursos internalizados por indivíduos inseridos em uma sociedade. Tais representações são ainda compartilhadas, permitindo a troca de ideias, reelaboração de conhecimentos e informações geradas nos espaços sociais, nos quais os mesmos são produzidos (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012).

Desta forma, compreender a percepção dos manipuladores de alimentos sobre a alimentação escolar e a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) contempla a ótica das representações sociais, como forma de aprofundar o conhecimento da fala dos manipuladores.

4.2 CENÁRIO E SUJEITOS DO ESTUDO

O presente trabalho integra um projeto matriz intitulado: “Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros”, cujo objetivo geral foi avaliar as ações de EAN desenvolvidas em escolas brasileiras distribuídas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil (SILVA et al., 2016).

O projeto matriz foi realizado em duas etapas, a primeira (E1), quantitativa, objetivou elencar os municípios brasileiros que realizavam EAN nas escolas. A segunda (E2), qualitativa, teve como objetivo avaliar as ações de EAN em uma

amostra de municípios que afirmaram a sua realização. A presente pesquisa fez um recorte e análise da etapa qualitativa do projeto matriz (E2).

A composição da amostra para a etapa qualitativa se deu por conveniência, sendo selecionadas as capitais, o Distrito Federal, e, no mínimo, um município do interior de cada estado. Considerando os 26 estados e visando compensar possíveis perdas, aqueles com maior população escolar segundo o Censo Escolar 2012 (INEP, 2012) incluíram dois municípios. Foram excluídos aqueles que se recusaram a participar e com impossibilidade de acesso físico. Assim, 57 municípios compuseram a amostra (Apêndice A).

4.3 TRABALHO DE CAMPO

Para este estudo foram selecionadas as entrevistas individuais dos manipuladores de alimentos das escolas dos 57 municípios participantes da pesquisa matriz, sendo selecionados por sorteio aleatório um manipulador de cada escola dentre os presentes no dia da entrevista. Assim, compuseram a amostra da presente pesquisa 57 manipuladores de alimentos.

Utilizou-se para as entrevistas roteiro semiestruturado, cujo objetivo foi ampliar e aprofundar a comunicação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa (MINAYO, 2014). O roteiro foi composto por questões abertas, permitindo maior flexibilidade do diálogo e da ampliação das falas dos sujeitos entrevistados.

Para a construção do roteiro semiestruturado (Apêndice B), foi realizada uma oficina na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, facilitada por uma professora da Universidade Federal de Santa Catarina, com ampla experiência em pesquisa qualitativa e na análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

A equipe de nutricionistas entrevistadoras foi capacitada previamente, utilizando-se um Manual do Entrevistador. A coleta de dados da E2 ocorreu entre março e dezembro de 2013. Cada entrevista durou cerca de 20 minutos, sendo seu conteúdo gravado e posteriormente transcrito para o processo de análise das falas obtidas.

4.4 VARIÁVEIS DO ESTUDO

Na presente pesquisa foram selecionadas como variáveis de caracterização, sociais e profissionais dos manipuladores de alimentos participantes, o sexo, a escolaridade e o tempo de trabalho na alimentação escolar. São objeto de análise do presente estudo sete questões que constituíram o roteiro (Apêndice B):

QUESTÃO 1: O que você sabe sobre a alimentação escolar?

QUESTÃO 2: Na sua opinião, qual o papel da alimentação escolar no processo educativo?

QUESTÃO 3: Na sua opinião, quais são as atribuições do(a) manipulador(a) de alimentos (merendeiro(a)) em uma escola?

QUESTÃO 4: O(a) senhor(a) recebe alguma orientação da Secretaria de Educação sobre a alimentação escolar? **(*Se SIM):*** *Q*uais orientações são passadas? Quem faz essas orientações?

QUESTÃO 5: Você já realizou alguma atividade conjunta com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município? ***(Se SIM):*** *C*omo foi esta atividade? ***(Se NÃO):*** Na sua opinião, porque não são realizadas atividades conjuntas?

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Utilizou-se como técnica de análise das entrevistas o DSC, técnica qualiquantitativa que visa resgatar as representações sociais de um grupo acerca de determinado tema. Qualitativa por preservar a fala dos sujeitos e seu significado em

todas as etapas da análise, e quantitativa por possibilitar que os resultados sejam expressos em uma dimensão coletiva, ou seja, a soma de ideias, pensamentos, e opiniões semelhantes que terão uma proporção de aparição em relação ao total das falas dos entrevistados (LEFEVRE; LEFEVRE, 2012).

As transcrições das 57 entrevistas foram analisadas na ordem das perguntas do questionário, sendo uma pergunta por vez. Após a leitura das transcrições foram retiradas das respostas as expressões chave (ECH), fragmentos textuais que expressam o conteúdo mais significativo nas falas dos entrevistados. Posteriormente as ECH que possuíam sentidos semelhantes foram agrupadas e sintetizadas em uma ideia central (IC) em comum. Para a composição dos DSC, ECH que fizeram menção a uma mesma ideia ou opinião, foram somadas e arranjadas em um único discurso, o DSC (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005; LEFEVRE; LEFEVRE, 2012).

As ECH foram organizadas por municípios em suas respectivas regiões geográficas, sendo assim, os DSC expressam a percepção de manipuladores de acordo com a região à qual pertencem. Da mesma forma as ECH foram separadas de acordo com manipuladores das capitais ou municípios de interior dos estados. Assim, as percepções levantadas na presente pesquisa tratam da alimentação escolar de acordo com a diversidade nacional dos sujeitos entrevistados, considerando durante as etapas de análise, os diferentes contextos social, geográfico e politico no qual estão inseridos.

Para auxiliar o processamento dos discursos, foi utilizado o *software* QualiQuantiSoft versão 2011, desenvolvido pelos autores do DSC.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa da qual este estudo faz parte, foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG), com protocolos nº 276/2011 (ANEXO A), segundo as normas da Resolução n° 466/2012 (BRASIL, 2012d). Os participantes que concordaram em participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C).

REFERÊNCIAS

ABRIC, J. C. L'organisalion interne des réprésentations sociales: sytème central et système péripherique, Em. C, Guimelli (Org.) **Structures et Transformations des Representation Sociales**. Neuchâtel: Delachaux et Niestlé. 1994.

ASSAO, T. Y. ; WESTPHAL, M. F.; BÓGUS, C.M.; MANCUSO, A. M. C. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece a refeição na escola. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.19, n.1, p. 22 – 32, 2012.

BARROS, M.S.C.; TARTAGLIA, J.C. A Política de Alimentação e Nutrição No Brasil: breve histórico, avaliação e perspectivas. **Alimentação e Nutrição**, Araraquara, v.14, n. 1, p. 109 – 121, 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N.A. O programa nacional de alimentação escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 5, p. 595 – 607, 2009.

BELIK, W. ; SILVA, J.G.; TAKAGI, M. Políticas de Combate à Fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n.4., p. 119 – 129, 2001.

BERNARDON, R.; SILVA, J.R.M.; CARDOSO, G.T.; MONTEIRO, R.A.; AMORIM, N.F.A.; SCHMITZ, B.A.S.; RODRIGUES, M.L.C.F. Construção de metodologia de capacitação em alimentação e nutrição para educadores. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n.3, p. 389 – 398, 2009.

BÔAS L.P.S.V. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Luis, v.40, n.140, p.379 - 405, 2010.

BOOG, M.C.F. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.23, n.6, p.1005 – 10017, 2011.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.10, n.5, p.5-19,1997.

BOOG, M. C. F. **O professor e a alimentação escolar**: ensinando a amar a terra e o que a terra produz. Campinas: Komedi, 2008. 95 p

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 37106, de 31 de março de 1955.** Institui a campanha da merenda escolar. Brasília, DF: 1955. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37106-31-marco-1955-332702-publicacaooriginal-1-pe.html.> Acesso em: 3 mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. **Decreto Nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: 2007. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6286.htm.>Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial n° 1.010, de 8 de maio de 2006.** Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília, DF: 2006. Disponível em < https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublic&sgl_tipo=PIM&num_ato=00001010&seq_ato=000&vlr_ano=2006&sgl_orgao=MEC MS>. Acesso em: 9 jan. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Projeto de Lei n° 4.516/2012**. Institui o Programa "Horta na Escola", que dispõe sobre medidas de incentivo à utilização de hortas nas escolas como meio de promoção da educação e do desenvolvimento, acrescendo o inciso VII, no art. 11, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. 6p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. 68p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa criança saudável, educação dez**. Brasília, DF: 2005. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000092&pid=S1415527320110 0010000500006&lng=pt> Acesso em: 7 set, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Emenda Constitucional nº 64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>.Acesso em: 30 jan. 2017.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 5 abr. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues> Acesso em: 28 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de

fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013>. Acesso em: 6 jun. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC Nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília, DF: 2004. Disponível em: <http://www.fooddesign.com.br/arquivos/legislacao/RDC216BPFparaservicosdeAlimentacao20_09_04.pdf>. Acesso: 22 mai. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 84 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466/2012, de 12 de dezembro de 2012.** Trata de pesquisas e testes em seres humanos. Brasília, DF: 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1428, de 26 de novembro de 1993.** Aprova, na forma dos textos anexos, o "Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos", as "Diretrizes para o Estabelecimento de Boas Práticas de Produção e de Prestação de Serviços na Área de Alimentos" e o "Regulamento Técnico para o Estabelecimento de Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ´s) para Serviços e Produtos na Área de Alimentos". Brasília, DF: 1993. Disponível em<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/Portaria_MS_n_1428_de_26_de_novembro_de_1993.pdf/6ae6ce0f-82fe-4e28-b0e1-bf32c9a239e0>. Acesso: 6 fev. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Decreto n° 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola e dá outras providencias. Brasília, DF: 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm. Acesso em: 16 jan. 2017.

CAISAN. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** – 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132p.

CAMPOS, F. C. C.; FARIA, H. P.; SANTOS, M. A. **Planejamento e avaliação das ações em saúde.** Belo Horizonte, MG: NESCON, 2010.114p.

CARVALHO, A.T.; MUNIZ, V.M.; GOMES, J.F.; SAMICO, I. Programa de Alimentação Escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. **Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v.12, n.27, p.823 – 834, 2008.

CASTRO, J. **Geografia da fome:** o dilema pão e aço. Rio de Janeiro: Antares, 10 ed., 1984, 348p.

CHAVES, L. G.; SANTANA, T. C. M.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 917 – 926, 2013.

COSTA, E.Q.; LIMA, E. S.; RIBEIRO, V. M. B. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias – Rio de Janeiro (1956 – 94). **História, Ciência, Saúde**, Rio de Janeiro, v.9, n.3, p. 535 – 560, 2002.

COSTA, E. Q.; RIBEIRO, E. C. O.; RIBEIRO, V. M. B. Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção do conhecimento. **Revista de Nutrição**. Campinas, v.14, n. 3, p. 225-229, 2001.

DEVIDES, G.G.G.; MAFFEI, D.F.; CATANOZI, M.P.L.M. Perfil socioeconômico e profissional de manipuladores de alimentos e o impacto positivo de um curso de capacitação em Boas Práticas de Fabricação. **Braziliam Journal of Food Technology**, Campinas, v.17, n.2, p. 166 – 176, 2014.

DETREGIACHI, C.R.P; BRAGA, T.M.S. Projeto “criança saudável, educação dez”: resultados com e sem intervenção do nutricionista. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 24, n.1, p. 51-59, 2011.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Food Security and Nutrition in the context of the Global Nutrition Transition**, 21p, 2014.

FERNANDES, A.G.S.; FONSECA, A. B. C; SILVA, A.A. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n.1, p. 39 – 48, 2014.

FERREIRA, A.B.; LANFER-MARQUEZ, U.M. Legislação brasileira referente à rotulagem nutricional de alimentos. Revista de Nutrição, Campinas, v.20, n. 1, p.83 – 93, 2007.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica de 2012**. Brasília: 2012. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo>. Acesso em: 15 jan. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 1967-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 202p

JUZWIAK, C.R.; DE CASTRO, P.M.; BATISTA, S.H.S.S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n. 4, p.1009 – 1018, 2013.

LEITE, C.L.; CARDOSO, R.C.V. ; GÓES, J.A.W. ;FIGUEIREDO, K.N.A. ; SILVA, E.O.; BEZERRIL, M.M.; JÚNIOR, P.O.; SANTANA, A.A.C. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.24, n.2, p. 275 -285, 2011.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A. M. C. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. 2. ed. Caxias do Sul: Educs, 2005, 260p.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social:** um enfoque qualiquantitativo. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2012, 224p.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na prática da pós graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 603-635, 2003.

OPAS. Organização Pan-Americana de Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Codex Alimentarius** – Higiene dos alimentos. Brasília, 2006, 64p.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14.ed. São Paulo: Hucitec, 2014. 406p.

MONLEVADE, J. A. C. Técnico em alimentação escolar: um novo profissional para a educação básica. **Em Aberto**, Brasília, v. 15, n. 67, p. 124 – 128, 1995.

PAIM, J.S.; FILHO, N.A. Saúde coletiva: uma ‘’nova saúde pública’’ ou campo aberto a novos paradigmas. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v.32, n.4, 1998.

OLIVEIRA, M.S.B.S. Representações sociais e sociedade: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.19, n.55, 2004.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 909 – 916, 2013.

ROCHA, E.G. **Direito à alimentação**: teoria constitucional-democrática e políticas públicas. São Paulo: LTR, 2011. 111p.

SANTOS, L.M.P.; SANTOS, S. M. C; SANTANA, L.A.A.; HENRIQUE, F.C.S.; MAZZA, R.P.D.; SANTOS, L.A.S.; SANTOS, L.S. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n.11, p. 2681 – 2693, 2007.

SANTOS, L. A. Avanços e desdobramentos do marco de referência da educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 26, n. 5, p. 596 – 600, 2013.

SANTOS, L.A.S. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-691, 2005.

SCHMITZ, B. A. S.; RECINE, E.; CARDOSO, G. T.; SILVA, J. R. M.; AMORIM, N. F. A.; BERNARDON, R.; RODRIGUES, M. L. C. F. A escola promovendo hábitos alimentares saudáveis: uma proposta metodológica de capacitação para educadores e donos de cantina escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, sup. 2, p. 312S-322, 2008.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.9, n. 23, p.88 - 107–1995.

SILVA, S.U. ; MONEGO, E.T.; SOUSA, L.M.; ALMEIDA, G.M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2016. Em prelo.

SIQUEIRA, R.L.; COTTA, R.M.M.; RIBEIRO, R.C.L.; SPERANDIO, N.; PRIORE, S.E. Análise da incorporação da perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada no desenho institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 301 – 310, 2014.

TANAJURA, I. M. P. C.; FREITAS, M. C. S. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. **Revista Baiana de Saúde Pública**, Salvador, v.36, n.4, p. 919 – 934.

TAKAHASHI, M.A.B.C.; PIZZI, C.R.; DINIZ, E.P.H. Nutrição e dor: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba – para além do pão com leite. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.35, n.122, p. 362 – 373, 2010.

TEO, C.R.P.A.; SABEDOT, F.R.B.; SCHAFER, E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.11, n.2, p. 11 – 20, 2010.

VASCONCELOS, F.A.G. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.18, n. 4, p. 439 – 457, 2005.

VALENTE, F.L.S. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.12, n.1, p. 51 – 60, 2003.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa**: geopolítica da fome. São Paulo: Cortez, 1. ed., 2012, 252p.

CAPITULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO 1

O manuscrito será submetido à revista Cadernos de Saúde Pública (*Reports in Public Health*) (ISSN: 0102-311X), Qualis - Capes na área de Nutrição B1 e fator de impacto, segundo *Journal Citation Reports* (JCR), de 0,920 (2015). As instruções aos autores para submissão de manuscritos no Anexo B.

Alimentação escolar no discurso de manipuladores de alimentos de escolas brasileiras

Ingryd Garcia de Oliveira
Programa de Pós-Graduação Nutrição e Saúde – Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227 Qd. 68 s/nº - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás - Brasil - CEP: 74.605-080 (62) 3209-6270
ingrydnutri@gmail.com
Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados
Redação do artigo
Responsável por todos os aspectos do trabalho

Karine Anusca Martins
Docente do Programa de Pós-graduação em Nutrição e Saúde Faculdade de Nutrição/ Universidade Federal de Goiás. Rua 227 Qd. 68 s/nº - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás - Brasil - CEP: 74.605-080 (62) 3209-6270
karine_anusca@ufg.br
Revisão crítica relevante do conteúdo intelectual
Responsável por todos os aspectos do trabalho

Estelamaris Tronco Monego
Docente do Programa de Pós-graduação em Nutrição e SaúdeFaculdade de Nutrição/ Universidade Federal de Goiás. Rua 227 Qd. 68 s/nº - Setor Leste Universitário - Goiânia - Goiás - Brasil - CEP: 74.605-080 (62) 3209-6270
estelamaris.monego@gmail.com
Revisão crítica relevante do conteúdo intelectual
Responsável por todos os aspectos do trabalho

Fonte de financiamento: Fundo de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

Abstract

The main objective of this research is to comprehend what the food handlers from five geographical regions of Brazil understand about school feeding and their role in this process. It was also observed how the relationship between this professional and the nutritionists of the school feeding takes place. This is a qualitative approach in which the Collective Subject Discourse analysis method (CSD) was used. According to the results, it was noted an expanded view of the food handlers over school feeding, according to CDS, it complements home feeding; it contributes to the income and learning of the student; it is a student's right and represents a means of education and encouragement for an adequate and healthy feed. However, they recognize themselves as professional technicians which work is restricted to the kitchen environment, added to the guidelines and activities carried out together with the nutritionist which were also perceived in a technical and operational way. The study concluded that perceptions about the importance of school feeding and other peculiarities inherent to food handlers are consistent with their inclusion in activities that are beyond technical work. In order to achieve this, is necessary an integral approach of this actor within the school, respect for popular knowledge and promotion of a horizontal dialogue in practice, besides orientations and activities that aim at educational actions seeking the promotion of adequate health and nutrition in the school environment involving the entire school community.

Key-words: School Feeding, qualitative research, food handling, health policy.

Resumo

A pesquisa tem por objetivo compreender o que os manipuladores de alimentos das cinco regiões geográficas brasileiras pensam sobre alimentação escolar e qual o seu papel nesse processo. Observou-se também como se dá a relação entre este profissional e os nutricionistas da alimentação escolar. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa. Fizeram parte da amostra 57 manipuladores de alimentos de escolas públicas das capitais e municípios do interior, sendo sorteado um manipulador por escola. Para o levantamento das informações foram realizadas entrevistas individuais. Utilizando-se a como técnica de análise o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). De acordo com os achados, notou-se a visão ampliada do manipulador sobre a alimentação escolar, segundo os DSC ela complementa a alimentação de casa; contribui com o rendimento e aprendizagem do escolar; é um direito do aluno e representa um meio de educação e incentivo para a alimentação adequada e saudável.

Contudo, se reconhecem como profissionais tecnicistas, cujo trabalho era restrito ao ambiente da cozinha, somado às orientações e atividades realizadas em conjunto com o nutricionista que também foram percebidas de forma técnica e operacional. O estudo concluiu que as percepções sobre a importância da alimentação escolar coadunam para sua inserção em atividades que estejam além dos trabalhos técnicos. Para isso torna-se necessária uma abordagem integral desse ator dentro da escola, respeito ao saber popular e promoção de um diálogo horizontal nas práticas, orientações e atividades que visem ações educativas sobre saúde, alimentação e nutrição adequadas no ambiente escolar envolvendo toda a comunidade escolar.

Palavras-chave: alimentação escolar, pesquisa qualitativa, manipulação de alimentos, política de saúde.

Introdução

A alimentação escolar (AE) é uma política social cujo escopo envolve um conjunto de atores sociais: gestores públicos e da escola, coordenador pedagógico, professores, nutricionista e manipulador de alimentos; todos são agentes promotores de educação em saúde e da alimentação saudável na escola [1].

Há inúmeros desafios a serem enfrentados na execução dessa política, destacando-se os entraves burocráticos para a aquisição de alimentos da agricultura familiar; a inserção efetiva do profissional nutricionista em todo o processo e o desvelar do papel do manipulador da alimentação escolar, dentre outros. Esse profissional tem sido mantido na invisibilidade, seja no marco legal da AE, seja na sua execução, cabendo-lhe exclusivamente funções tecnicistas com vistas à produção das refeições e em atividades de higienização da infraestrutura da cozinha [2; 3].

A atuação do manipulador em atividades de cunho operacional, reflete os gargalos que a escola apresenta quanto ao envolvimento desse ator na Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS), como preconiza a legislação no tocante a todos os atores sociais da AE. Podem ser elencados fatores limitantes que contribuem com o distanciamento deste profissional das atividades de PAAS, tais como a sobrecarga de serviços que demandam grande esforço físico: higienização de estruturas e utensílios; produção das refeições em larga escala; aliado geralmente a um nível de escolaridade elementar e a desvalorização atribuída a sua função. Esses fatores terminam por inviabilizar e mesmo desmotivar o manipulador, tornando-o alheio ao processo educativo [2].

Contudo, existem peculiaridades que potencializam o seu trabalho para atividades de incentivo e educação para o alcance da alimentação saudável na escola, com destaque para e em saúde. Exemplo disso, é o intenso convívio com os estudantes, condição que permite aguçar sua sensibilidade, afetividade e possível preocupação com a saúde daqueles. Somado a isso, conhecem a rotina institucional e todo o processo de produção da alimentação, desde a chegada do alimento até o momento de ofertá-lo no refeitório, tornando-o apto a intervir em aspectos específicos que incentivam a alimentação saudável no ambiente escolar [2].

As práticas profissionais dos manipuladores de alimentos no espaço escolar são permeadas por saberes tradicionais e culturais. Assim, treinamentos, capacitações ou formações técnicas que não considerem a construção partilhada desses aspectos, podem não contemplar o desenvolvimento de um ambiente promotor de hábitos de vida e alimentação saudáveis e de educação crítica [4; 5].

Este estudo objetivou compreender o que pensam os manipuladores de alimentos de escolas das cinco regiões geográficas brasileiras, sobre a alimentação escolar e seu papel nesse processo.

Desta forma, espera-se contribuir para a (re)construção de novas abordagens na sua prática no mundo do trabalho, buscando evidenciar seu potencial para atividades que transcendam meramente o trabalho manual realizado na cozinha da escola.

Método

Estudo qualitativo analítico com abordagem das falas de manipuladores da alimentação escolar. Essa escolha representa, a nosso ver, o que melhor se aplica para o conhecimento das relações sociais, práticas cotidianas, representações, percepções e opiniões por aprofundar na lógica interna dos sujeitos que estuda [6].

O presente artigo é um recorte da etapa qualitativa do projeto "Ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros", desenvolvida em 2013 pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Região Centro-oeste, e cujo objetivo foi avaliar as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) desenvolvidas em escolas brasileiras distribuídas nas cinco macrorregiões geográficas do Brasil [7].

Na pesquisa matriz foram incluídas todas as capitais, o Distrito Federal, e sorteados pelo menos um município de cada estado da federação. Foram excluídos aqueles que se recusaram a participar ou que apresentavam dificuldade de acesso físico. Dessa forma, a fizeram parte da etapa qualitativa do projeto 57 municípios que estavam executando ações de EAN no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

A coleta de dados na escola sorteada se deu por meio de visitas *in loco*, e consistiu em uma entrevista com atores sociais, dentre estes, um manipulador por escola, selecionando por sorteio aleatório entre os presentes no dia da entrevista, assim a amostra da presente pesquisa são 57 manipuladores de alimentos.

As entrevistas foram realizadas por nutricionistas treinados para esse fim, utilizando-se roteiros semiestruturados (discutido com *expert* na área, em oficina prévia), com questões abertas, permitindo maior flexibilidade do diálogo e da ampliação das falas dos sujeitos entrevistados. Segundo Minayo [6], tal instrumento tem por objetivo ampliar e aprofundar a comunicação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa. As entrevistas duraram em média 20 minutos, sendo gravadas sob consentimento dos participantes.

No presente estudo, analisou-se as informações contidas nas entrevistas com os manipuladores de alimentos, utilizando-se como variáveis descritivas: o sexo, a escolaridade e

o tempo de atuação na alimentação escolar. Como variáveis qualitativas foram estudas a percepção sobre a alimentação escolar e o papel desta no processo educativo; as atribuições do(a) manipulador(a); as orientações sobre alimentação escolar e a existência de atividades em conjunto com profissionais nutricionistas.

A análise das falas gravadas e transcritas posteriormente foi feita por meio do DSC, uma técnica de análise qualiquantitativo, que visa resgatar as Representações Sociais de um grupo [8].

O DSC é ao mesmo tempo qualitativo por preservar a fala dos sujeitos e seu significado em todas as etapas, e quantitativo por possibilitar que os resultados sejam expressos em uma dimensão coletiva, ou seja, a soma de ideias, pensamentos, e opiniões semelhantes que terão uma proporção de aparição em relação ao total das falas [8]. Para auxiliar o processamento dos discursos, utilizou-se o *software* QualiQuantiSoft versão 2011 [9].

Após a leitura detalhada das transcrições, foram retiradas das respostas as expressões chave (ECH), fragmentos textuais que expressam o conteúdo mais significativo das falas. As ECH que possuíam sentidos semelhantes foram agrupadas em uma ideia central (IC) comum, e posteriormente as ECH que fizeram menção a uma mesma ideia ou opinião foram agrupadas em um único discurso [8].

As ECH foram organizadas por municípios (capital e interior) em suas respectivas regiões geográficas, sendo assim, os DSC expressam a percepção de manipuladores de acordo com a região a qual pertencem. Desta forma, as evidências encontradas tratam da alimentação escolar segundo a diversidade nacional dos entrevistados, considerando os diferentes contextos sociais, geográficos e políticos nos quais estão inseridos.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Humanos da Universidade Federal de Goiás, sob protocolo de nº034/2013 tendo os participantes assinado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Resultados

Dentre os 57 manipuladores entrevistados, a maioria (98,25%, n=56) era do sexo feminino, dos quais 29 (50,88%) tinha entre nove e 12 anos de escolaridade e pouco mais de um terço (33,33%, n=19) até oito anos. Quanto ao tempo de trabalho, mais de um terço (35,09%, n=20) trabalhava há mais de 10 anos e quase 30% (n=17), entre cinco e 10 anos na função.

A alimentação escolar pela lente dos manipuladores de alimentos

As respostas sobre "o quê*"* os manipuladores sabiam acerca da alimentação escolar construíram 73 ECH, agrupadas em oito ideias centrais (IC) e seus respectivos DSC, dentre as quais destacam-se:

É uma alimentação saudável e/ou adequada em quantidade suficiente – "*Eu sei que tem que ser alimentação saudável, uma boa distribuição que tem que ter todos os nutrientes ali, tem que ser servida suficiente pro aluno ficar satisfeito, até na quantidade que a gente pode estar fazendo, a quantidade que a criança deve estar recebendo, procurar fazer uma alimentação balanceada, não pode usar nem muito óleo, nem muito açúcar, pra ter uma alimentação saudável a gente fazer o máximo que a gente puder". (n* =20; 27,4%).

A alimentação Escolar complementa a alimentação de casa – "*Acho importante. Porque assim, muitas vezes as crianças não tem condição de ter esse alimento em casa, balanceado. Porque a maioria das crianças são de baixa renda, tem umas que só come aqui mesmo na escola, às vezes não tem nada em casa. Alimentação escolar ela é um complemento". (n* =15; 20,5%). DSC proferido em maior proporção nos municípios da região Nordeste do país, sendo a IC mais frequente.

Outras ideias em menor proporção foram que a alimentação escolar apresenta-se relacionada a "boas práticas de higiene e manipulação de alimentos" (n=11; 15,1%); "é boa e/ou necessária e/ou importante" (n=9; 12,3%); "manipular a alimentação escolar envolve aspectos afetivos" (n=5; 6,9%); "é seguir o cardápio" (n=4; 5,5%) e " é um direito do aluno" (n=2; 2,7%).

Além disso, questionou-se aos entrevistados qual era o papel da alimentação escolar no processo educativo. Identificaram-se 69 ECH agrupadas em cinco IC, tendo maior frequência as seguintes:

Contribuir com a aprendizagem e/ou desenvolvimento dos escolares – "*Fundamental, porque sem estar bem alimentado a aprendizagem é impossível, o aluno bem alimentado tem mais capacidade de aprender porque se ele tiver com fome não vai ter animo pra estudar e alimentado ele vai chegar numa sala, vai ter aquela vontade pra estudar, porque ele tá bem, não vai tá com fome nem nada. Eu acredito que a alimentação escolar na vida desse estudante é de fundamental importância pra que ele possa produzir. Então é importante a gente reforçar essa alimentação ser bem feita, bem cuidada, pra que ajude no aprendizado deles, a criança quando ela tem uma boa alimentação ela rende melhor por questão de desenvolvimento intelectual. Assim, dá pra perceber, que ela é tão importante quanto o aprendizado". (n*=32; 46,4%).

É uma forma de complementar a alimentação de casa – *"Ajuda muito principalmente por conta das crianças serem carentes, não terem condições financeiras adequadas e muitas delas só se alimentam na escola, então é importante a gente reforçar essa alimentação, porque tem muitos que necessitam, precisam assim, em casa não tem às vezes nem o que tem na escola, que é bom pra eles, é esse complemento mesmo". (n=* 17; 24,6%).

Outras percepções com menor frequência associaram o papel da alimentação escolar a "Incentivar e/ou educar os escolares para uma alimentação saudável" (n=9; 13,0%); "contribuir com a saúde dos escolares" (n=7; 10,14%) e "proporcionar momentos de felicidade entre os escolares" (n=3; 4,4%).

O manipulador de alimentos no cotidiano da escola

Quanto ao papel do manipulador de alimentos, 78 ECH foram construídas, destacando-se as IC:

Boas práticas de higiene e manipulação de alimentos – "*Ponho meu uniforme, depois a gente limpa as bancada com álcool. Minha função é manipular alimento, prepara-lo, porque é através da manipulação do alimento, começa desde a preparação, na higienização, que é super importante, a gente é orientado a higienizar o alimento. Até a condição de armazenar o alimento, da organização da merenda quando chega, ver também prazo de validade, acredito que meu papel é esse, é fazer, manipular, fiscalizar*". *(n*=44; 56,4%). Teve a maior frequência em todas as regiões do país, em especial nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, onde foi professada em mais de 50% das respostas referentes às atribuições do manipulador na escola.

Educar e/ou incentivar os alunos a terem uma alimentação saudável - "*Nós temos a função também, nós dizemos que nós também ajudamos a educar as crianças, merendeira tem que tá ali como educadora, não como professora mas é um educadora, ta educando a ele como pegar a merenda, como comer, o que é dizendo pra eles aqueles alimentos pra que serve eles. Incentivar as crianças a comer bem. Eu acho importante porque eu posso tá contribuindo assim com as crianças, e orientar eles a ter uma alimentação saudável, porque muitas crianças não tem o hábito de comer*". *(n*=8; 10,3%)

Em outras IC menos frequentes foram professadas como atribuições dos manipuladores: "preparar a alimentação escolar envolvendo aspectos afetivos" *(n*=15; 19,2%); "preparar uma alimentação escolar de qualidade e/ ou saborosa e/ou nutritiva" *(n*=8; 10,3%) e "serviços gerais de limpeza de locais que não estejam relacionados à cozinha" *(n*=3; 3,9%).

Em relação às orientações sobre alimentação escolar que receberam, quase 80% dos manipuladores afirmaram que recebiam da Secretaria de Educação, sendo em mais da metade (n=39; 66,1%), realizadas por nutricionistas, seguido de conselheiros da AE, coordenadores da AE, diretor e professor, empresas terceirizadas e outras entidades do Governo além das Secretarias (n=16; 27,1%).

Dentre as ECH sobre quais orientações foram recebidas destacou-se a seguinte IC:

Orientações acerca de aspectos higiênicos sanitários abordados em treinamentos, capacitações e cursos. – "*A orientação é essa, como eu vou manusear os alimentos, a higienização, a maneira que eu vou armazenar os alimentos pra não ter contaminação. A gente olha lá bastante a validade, tem verdura que não pode ficar fora da geladeira, tem que ser tudo conservado certinho é sobre isso. Sempre tem as nutricionistas dando explicação pra gente ter cuidado com a merenda, cuidado pra fazer, manter as panelas tampadas, manter o fogão limpo, esterilização das verduras, das frutas, conferir a temperatura das carnes, e após cada manipulação de algum alimento você tem que esterilizar a bancada. Não pode ter anel, não ter unha pintada nem unha grande, tem que ta bem calçado, com calçado fechado. Tenho que tá com touca pra evitar que caia cabelo nos alimentos, tenho que tá com aventais, luvas na hora de servir os alimentos, máscara*" (*n*=41; 70,7%).

E em menor proporção:

Orientações sobre práticas que promovam melhoria dos hábitos alimentares entre os escolares - "*Esse trabalho de tá orientando os alunos. A sala de aula, fazer cartaz, fazer alguma coisa assim pra chamar a atenção deles, mostrar aquele prato bem colorido. A gente enriquece as saladas sabe? Pra ficar mais colorida, mais atrativa. É eles falam mais sobre a alimentação, um básico a alimentação, o que é melhor pras crianças, se as crianças gostam, preocupação de saber se as crianças gostam do lanche da manhã, é mais em torno das crianças e da alimentação, e nós procuramos na capacitação o que for melhor para as crianças, sempre em função das crianças*" (*n*=2; 3,5%).

Para ampliar a compreensão sobre a relação entre manipuladores de alimentos e nutricionistas, questionou-se sobre a realização de atividades conjuntas entre eles e observou-se que 43,9% (n=25) dos manipuladores afirmaram que já desenvolveram algum tipo de atividade juntamente com nutricionistas.

Questionou-se sobre qual o tipo de atividade desenvolvida, destacando-se as seguintes IC:

Atividades pontuais como palestras, oficinas e testes de aceitabilidade. – "*A nutricionista, uma vez no mês no colégio ela dá as orientações, às vezes, renova o cardápio, aí a*

nutricionista vem e orienta a gente. A gente teve uma reunião. Ela orientando a gente sobre o lanche. Uma palestra que a gente teve foi em outra escola sobre não trabalhar de roupa cavada, sobre como fazer com os alimentos, sobre os brincos, anéis essas coisas, de unha, não pode ter esmalte, unha grande, aí tem que ter a touca sempre" *(n*=14; 56%).

Atividades contínuas: cursos, grupos, aulas, treinamentos periódicos, sobre preparo dos alimentos, cardápios e aspectos higiênicos sanitários. - "*Mas sempre os cursos que elas marca pra cada um fazer um prato, um cardápio ali e prova, cada um prova o da outra. No curso que nós temos, como que pega os alimentos. Ensina como higienizar, como cortar, como fazer o alimento pra não perder muito nutriente. Sempre tem os cursos pra gente ta aperfeiçoando como fazer os alimentos*" *(n*=7; 28%).

Em menor proporção professou-se que as atividades desenvolvidas em conjunto com o nutricionista foram sobre "incentivo e orientações para melhoria dos hábitos alimentares entre escolares *(n*=2; 8%)" e "visitas técnicas do nutricionista para avaliação das conformidades nas atividades desenvolvidas pelos manipuladores no cotidiano" *(n*=2; 8%).

Uma maior proporção de manipuladores, 56,1% (n=32), referiu não realizar atividades em conjunto com nutricionistas, sendo mais frequente essa afirmação em municípios da região Nordeste do país. Para esses profissionais questionou-se o motivo para a não realização das atividades conjuntas, destacaram-se as seguintes IC e seus respectivos DSC:

A rotina da escola inviabiliza a realização de atividades conjuntas (baixo número de funcionários na cozinha, a elevada carga de tarefas, manipuladores não informados, falta de oportunidade). – "*O número de funcionários não é suficiente, eu acho que também devido a agenda, aí seria muito bom se a gente tivesse pelo menos duas vezes no ano já seria o suficiente. Porque nosso trabalho nos prende muito, faltou tempo pra muita coisa, a gente se atarefa muito e não liga pra questão de pedir. Eu acho é porque não teve ainda oportunidade*" *(n*=11; 30,6%).

Baixa frequência de visitas do nutricionista possivelmente devido ao baixo número de profissionais e a grande quantidade de escolas atendidas - "*Porque ela vem só uma vez no mês, ela fica pouco tempo na secretaria. Ela vem às vezes visitar. Não sei se elas não tem muito tempo, porque são várias escolas pra elas estarem correndo, olhando, tomando conta. Eu creio não tem assim, disponibilidade de tá presente na escola porque também a missão deles é grande*" *(n*=8; 22,3%).

Em menor frequência foram proferidas as IC a "falta de planejamento e/ ou projetos da prefeitura e/ ou da nutricionista" (*n*=4; 11,1%); "não soube dizer, porém considera

importante/ necessário” *(n*=4; 11,1%) e “descaso do nutricionista/ falta de interesse” *(*n=3; 8,3%).

Discussão

O estudo das percepções dos manipuladores sobre a alimentação escolar na presente pesquisa levantou que a alimentação escolar contribui com o aprendizado e rendimento dos escolares e é uma forma de complementar a alimentação de casa. Nos atemos também na discursão de IC proferidas em menor proporção: a alimentação escolar associada ao incentivo e ou educação dos escolares para uma alimentação saudável.

Em relação a compreensão destes profissionais quanto ao seu papel no ambiente escolar, constituiu-se como base comum e consensual entre os manipuladores, a ideia tecnicista de seu trabalho, como as boas práticas de higiene e manipulação dos alimentos, embora em parte das falas houve o reconhecido que dentre as suas funções também lhe cabem o papel de educar e incentivar os escolares para transformação dos hábitos alimentares.

O perfil do grupo de manipuladores da presente pesquisa corrobora com outros estudos, em que há maior proporção do sexo feminino na profissão [3;4;10], reflexo do processo histórico e social, no qual atribuiu-se a mulher o papel de cuidadora do lar, incluindo a manipulação dos alimentos. E o cuidado inerente à profissão pode ser um dos fatores positivos ao se tratar da atenção e preocupação com a saúde e alimentação dos escolares [11].

O tempo de estudo dos manipuladores geralmente é inferior aos demais profissionais da escola, o que pode interferir na desvalorização do seu trabalho, associando-se à sua invisibilidade no ambiente escolar [4]. Ao comparar a escolaridade com outros estudos realizados em escolas da Região Sul (Chapecó/SC) e Sudeste (Rio de Janeiro/RJ), observou-se que no primeiro predominou o ensino fundamental completo (64,0%) [5], o que não ocorreu na presente pesquisa e corroborou com o segundo, em que 70% apresentaram ensino médio e 18,6% ensino superior [3].

O tempo de trabalho na alimentação escolar é uma importante variável que compõe o perfil dos manipuladores de alimentos, por se tratar de uma profissão influenciada pela experiência. Ressalta-se que em todas as regiões do Brasil verificou-se um elevado tempo de trabalho na alimentação escolar, corroborando com o estudo realizado em Chapecó (SC), em que 56% apresentaram pelo menos dez anos na atividade [5].

Características como: a quantidade dos alimentos a ser preparados, a composição do cardápio, e o conhecimento sobre as preferências alimentares dos escolares, são marcas dos

anos de experiências comum nesse tipo de trabalho e que tornam-se inerentes à rotina do manipulador de alimentos na escola [3;12].

De acordo com a Lei nº 11.947/2009 [13], alimentação escolar é todo alimento oferecido no ambiente escolar, independente de sua origem, durante o período letivo. Os princípios e diretrizes do PNAE fazem com que o atendimento aos escolares extrapole o foco no alimento. A compra da agricultura familiar, o controle social no papel dos Conselhos de Alimentação Escolar e a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional em currículos escolares caracterizam a importante transformação ocorrida alimentação escolar nos últimos anos. Assim, o alimento no ambiente escolar é política, uma vez que é legalmente garantido, e tem como principal objetivo minimizar as mazelas referentes à alimentação da população em idade escolar [13].

A alimentação escolar como forma de complementar a alimentação de casa pode estar associada ao acesso à alimentação que ocorre de forma desigual nos diferentes contextos sociais do país, e somado outros fatores, como renda, educação, cobertura dos serviços de saúde ocasionam situações de Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN). Assim, perceber a alimentação escolar como uma *forma de complementar a alimentação de casa*, pode ser mais comum em locais em que a desigualdade do acesso é mais comum, como populações com condições precárias de renda, educação e serviços básicos de saúde, por exemplo, determinadas localidades das regiões Norte e Nordeste do país [14].

Estudo realizado em Goiânia, região central do país, que teve por objetivo analisar as percepções e ações de promoção da saúde no ambiente escolar, aponta a relação da alimentação escolar com a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e identifica por meio das falas de gestores, professores e manipuladores de alimentos, o papel da alimentação escolar como complementar às necessidades nutricionais dos alunos [15], corroborando com a presente pesquisa.

O caráter complementar da alimentação escolar pode ser atribuído ao fornecimento de alimentos que atendam às necessidades nutricionais no período em que os escolares permanecem na escola, contemplando a oferta de gêneros alimentícios básicos, indispensáveis à promoção da alimentação saudável, conforme legislação do PNAE [16].

A ideia de que a alimentação escolar contribui com a aprendizagem, o rendimento e o desenvolvimento dos alunos, esteve presente nos significados atribuídos a alimentação escolar e ao seu papel no processo educativo**.** Essa percepção pode estar vinculada às transformações ocorridas na alimentação escolar nos últimos anos, em que esta, além do combate a fome,

representa uma estratégia para a permanência do aluno na escola, e assim, melhoria do seu aprendizado.

Destaca-se que a ideia supracitada foi mais frequente no Nordeste do país, região com elevadas taxas de analfabetismo, abandono e reprovação comparando com as demais regiões [17]. A alimentação escolar saudável e adequada às necessidades nutricionais dos alunos implica na redução das taxas de abandono escolar, promovendo maior participação e encorajamento entre os estudantes [18], desde que se atente à faixa etária e período de permanência na escola, conforme a primeira diretriz do PNAE [16].

Na presente pesquisa a preocupação com o fornecimento de refeições que contribuam com a saúde dos escolares corrobora com os achados de um estudo semelhante realizado em Guarulhos (SP), em que se identificou que a alimentação na escola deve ocorrer por meio da oferta de refeições nutricionalmente adequadas [10].

A abordagem da saúde e da alimentação no contexto escolar surge das estratégias de promover práticas de vida saudáveis, e o ambiente escolar é considerável propício para tais ações, não apenas no fornecimento de uma alimentação nutricionalmente adequada, mas também na perspectiva da educação alimentar e nutricional. Tal fato é um desafio, uma vez, que configura a (re)construção de um campo social que é o ambiente escolar, e assim, implica em mudanças nas práticas dos atores envolvidos e no olhar sob a alimentação na escola (CARVALHO, 2015).

Entretanto nota-se no discurso dos manipuladores que o termo ‘’saúde’’ parece estar mais associado à ausência de doenças, como mostra o DSC ‘’(...) *evitar o desenvolvimento de algumas doenças causadas por falta de alimentação, consequentemente a desnutrição em geral’’*, distanciando-se do conceito mais atual e ampliado de saúde da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Segundo a PNPS, a saúde é defendida como um direito humano e um bem público socialmente produzido pelos sujeitos, agentes ativos nos processos que influenciam a promoção da saúde, tais como as esferas socioeconômicas, culturais, ambienteis, assim como condições de vida e de trabalho – educação, produção agrícola de alimentos, acesso à agua, esgoto, serviços de saúde e habitação [19].

Desta forma, destaca-se a importância da inserção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) na perspectiva da promoção da saúde, por meio de intervenções em seus determinantes com vistas ao alcance da qualidade de vida instigada no ambiente escolar [20].

Dentre as falas dos manipuladores entrevistados, identificou-se que a alimentação escolar proporciona momentos felizes entre os escolares e, além disso, deve ser preparada com dedicação e cuidado, pois será servida para crianças. A presença do aspecto afetivo na

alimentação corrobora a outras pesquisas envolvendo manipuladores da alimentação escolar. No estudo realizado com merendeiras de Chapecó (SC), o caráter afetivo do trabalho foi uma das potencialidades reconhecidas, e as merendeiras expressaram que a afetividade está ligada às funções que elas desempenham na escola [5].

Em outra pesquisa de abordagem qualitativa realizada com 41 manipuladores da rede pública do município de João Pessoa (PB), na qual avaliou-se a percepção das merendeiras acerca da dinâmica de produção e distribuição da alimentação escolar e seu papel nesse processo, foi identificada forte relação de afeto entre esses profissionais e os escolares, além da afetividade estar inerente às atividades de manipulação da alimentação escolar [2].

A afetividade no preparo da alimentação escolar foi pouco professada dentre as percepções estudadas na presente pesquisa, contudo, é importante característica na percepção dos manipuladores, uma vez que, a afetividade está associada ao desenvolvimento de vínculo entre manipuladores de alimentos e escolares, o que pode ocasionar outros importantes fatores no processo de elaboração da alimentação escolar, como a preocupação com saúde das crianças e consequentemente o cuidado no preparo de alimentos saudáveis e adequados [2].

Outro IC com menor frequência ente as falas é a percepção da alimentação escolar como um direito, o que também está disposto na Resolução FNDE nº 26/2013 [16] como direito de todos os alunos da rede pública e obrigação de ser garantida pelo Estado. Além disso, tal prática atende e propicia o alcance da SAN, no que diz respeito ao acesso à alimentação e garantia do DHAA [16].

Dentre as falas dos manipuladores de alimentos há o reconhecimento de que por meio da educação e do incentivo, os estudantes podem conhecer melhor os alimentos saudáveis e desenvolver práticas mais saudáveis na alimentação. Além disso, nota-se o potencial de manipuladores de alimentos como agentes ativos nos processos de promoção da alimentação saudável, pois professam a importância da educação e do incentivo nas escolhas alimentares.

No entanto, seu papel não está estabelecido na legislação e documentos que regem a execução do PNAE, ficando sua atuação baseada nas técnicas sanitaristas inerente à profissão, o que promove um distanciamento de sua prática enquanto educador. Prova disso é a escassez de estudos que contemplem uma dimensão integral do trabalho dos manipuladores, perpassando questões que estão além do desempenho de atividades técnicas de manipulação da alimentação escolar [12;3].

Na presente pesquisa, independente do contexto social nas diferentes regiões do país, as atribuições proferidas em maior proporção perpassam o caráter técnico da profissão, sendo consenso entre as percepções da maioria dos manipuladores. Esse contexto, possivelmente

reflete um construto histórico-social da profissão, em que se preza a inocuidade dos alimentos manipulados. Contudo, atribuições de caráter educativo, tais como o envolvimento afetivo na elaboração da alimentação escolar, preparo de alimentos saudáveis e nutricionalmente adequado e incentivo para a alimentação saudável são elementos presentes nos discursos.

O papel do manipulador de alimentos na rotina escolar revela que seu vínculo ao trabalho propicia criação de estratégias para intervenções oportunas e efetivas, tendo por vistas, a educação alimentar dos escolares. Porém, as práticas de educação e aprendizado sempre foram atribuídas ao professor, uma construção histórica dos papéis desempenhados pelos profissionais da escola, enquanto que, ao manipulador caberia apenas os serviços técnicos de preparo da alimentação escolar [1].

Orientações e atividades em conjunto com nutricionistas, objetivam a qualificação do trabalho dos manipuladores de alimentos enquanto educador na perspectiva da promoção de hábitos alimentares saudáveis [21].

Na literatura embora sejam escassas as pesquisas que avaliam percepções de manipuladores de alimentos em diferentes contextos regionais [12;22;23], abordagens higiênico-sanitárias do trabalho desses profissionais abrangem o escopo das publicações. São exemplos, avaliação e monitoramento das condutas de higiene pessoal e adoção de boas práticas na manipulação da alimentação escolar e treinamentos e capacitações em Boas Práticas de Manipulação [12;22;23].

Estudo realizado com 42 merendeiras do município de João Pessoa (PB), que teve por objetivo avaliar a percepção da produção e distribuição da alimentação escolar e o seu papel nesse processo, foi proposta a realização de cursos e palestras abordando a higiene pessoal e noções de pré-preparo de alimentos. No entanto, ressalta-se, que abordagens frequentemente vinculadas às ações mecânicas e rotineiras são secundárias ao se discutir a formação destes profissionais, sendo de fundamental importância o incentivo às práticas criativas e reflexivas [2;12].

Assim, torna-se necessário que todos os atores envolvidos na escola atuem de forma integrada sendo protagonistas do próprio conhecimento no que tange o incentivo à práticas alimentares saudáveis. Destaca-se ainda a necessidade de diálogo entre o saber técnico e o popular em detrimento da lógica tecnicista que permeia as práticas profissionais no ambiente escolar [24;25].

Quanto aos fatores que dificultam a realização de atividades conjuntas entre nutricionistas e manipuladores, as percepções levantadas no presente estudo corroboram com outras pesquisas, com destaque ao reduzido número de funcionários para a função, o que

acarreta excesso de trabalho e consequentemente falta de oportunidades para participarem das reuniões da escola [3;5].

Em pesquisa realizada no País de Gales, a qual teve como objetivo compreender o conhecimento de manipuladores de alimentos acerca da SAN, os profissionais referiram que a falta de tempo, falta de recursos humanos e materiais se constituem como barreiras para implantação das ações de segurança alimentar [26].

O reduzido número de nutricionistas inseridos na alimentação escolar também representa um entrave para atividades conjuntas entre esses profissionais e manipuladores de alimentos, o que corrobora com uma pesquisa que avaliou a gestão municipal do PNAE nos dez maiores municípios de Santa Catarina, constatando-se que em apenas três municípios catarinenses o quadro de nutricionistas estava adequado [27].

Estudo realizado no Rio Grande do Sul que objetivou avaliar os processos de formação para o trabalho na alimentação escolar, ao questionar as dificuldades de 118 nutricionistas para a execução desta tarefa, tiveram como resposta ser a carga horária insuficiente para desenvolver inúmeras atribuições na alimentação escolar no município, dentre elas produção das refeições de acordo com as boas práticas de manipulação, controle de estoque, cuidado com datas de validade, higienização de utensílios, ambiente e alimentos, dentre outras [28;29].

Outro estudo que objetivou refletir sobre a atuação do nutricionista no PNAE, identificou que entre os anos de 2003 e 2011 houve aumento de 67% de nutricionistas cadastrados no Fundo Nacional de Alimentação Escolar (FNDE). No entanto, este mesmo estudo ao fazer um recorte por regiões do Brasil, identificou desigualdades significantes na quantidade de nutricionistas nos diferentes espaços geográficos. De acordo com a pesquisa, na região Sul, todos estados possuíam mais de 80% de cobertura, enquanto que no Nordeste, em Pernambuco apenas 16,8% dos municípios eram cobertos. Observou-se ainda que as regiões com maiores taxas de desiquilíbrios nutricionais, como Norte e Nordeste, foram aquelas com menor porcentagem de nutricionistas inseridos na alimentação escolar [21].

Nos achados da presente pesquisa na região Nordeste identificou-se maior número de manipuladores que não realizaram atividades em conjunto com o nutricionista, o que dificulta o planejamento e consolidação da alimentação escolar enquanto politica para melhoria da qualidade de vida [21;30].

O espaço da escola é permeado pela diversidade de saberes e conhecimentos, dessa forma, ações conjuntas entre os atores sociais da escola fortalecem práticas de promoção da alimentação saudável. Ressalta-se o papel do nutricionista em estabelecer o diálogo entre os

manipuladores de alimentos e os demais profissionais da escola para maior integração e efetivação de tais práticas [1].

O papel do manipulador de alimentos na escola não está resumido ao espaço da cozinha, característico de funções restritas ao trabalho técnico operacional destes profissionais. Sem desconsiderar a importância de práticas higienistas na manipulação da alimentação escolar, ao analisar a rotina do manipulador de alimentos na presente pesquisa, nota-se a necessidade de ampliação da atuação deste profissional para que o ambiente escolar proporcione de maneira efetiva vivências de práticas alimentares saudáveis e exequíveis entre os escolares.

Considerações finais

A análise do discurso de manipuladores de alimentos acerca da alimentação escolar permitiu identificar, em nível nacional, que estes profissionais a percebem para além do seu significado biológico, ou pelo mero exercício profissional.

Identificou-se dentre as falas dos entrevistados que a alimentação escolar é saudável e adequada, e contribui para o rendimento e aprendizagem dos escolares. E ainda, que complementa a alimentação de casa, às vezes insuficiente ou até mesmo inadequada.

Notou-se também que a alimentação escolar é percebida como uma forma de incentivo a uma alimentação saudável, assumindo assim, um caráter educativo em relação à promoção de práticas alimentares saudáveis dentro e fora do ambiente escolar.

Contudo, os manipuladores percebem seu papel na alimentação escolar, perpassando o caráter tecnicista do profissional que manipula os alimentos para garantir uma alimentação segura do ponto de vista microbiológico, e saudável.

O estudo chama a atenção para a necessidade de se repensar sua inserção dos manipuladores de alimentos da alimentação escolar nas políticas de alimentação e nutrição. Uma vez que, os caminhos para a educação em alimentação e nutrição perpassam o empoderamento, a troca de saberes e a corresponsabilidade de todos os atores envolvidos nesse processo.

Referências

1. Juzwiak CR, Castro PM, Batista SHSS. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. Cien Saude Colet 2013; 18:1009-18.

2. Carvalho AT, Muniz VM, Gomes JF, Samico I. Programa de Alimentação Escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. Interface comum. Saúde educ. 2008; 12:823-34.

3. Fernandes AGS, Fonseca ABC, Silva AA. Alimentação escolar como espaço para educação em saúde: percepção das merendeiras do município do Rio de Janeiro, Brasil. Cien Saude Colet 2014; 19:39-48.

4. Tanajura IMPC, Freitas MCS. O relevante trabalho das merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador, Bahia. Rev baiana saúde pública 2012; 36:919 - 34.

5. Teo CRPA, Sabedot FRB, Schafer E. Merendeiras como agentes de educação em saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. Espac saúde 2010; 11:11 - 20.
6. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, Abrasco; 2014.

7. Silva SU, Monego ET, Sousa LM, Almeida GM. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cien Saude Colet. No prelo 2016.

8. Lefèvre F, Lefèvre AMC. Pesquisa de representação social: um enfoque qualiquantitativo. 2ª ed. Brasília: Líber Livro; 2012.

9. Qualiquantisoft®. Lefèvre. São Paulo, 2011.

10. Assao TY, Westphal MF, Bógus CM, Mancuso AMC. Alimentação do escolar: percepção de quem prepara e oferece a refeição na escola. Segur Aliment Nutr 2012; 19:22-32.

11. Caixeta JE, Barbato S. Identidade feminina – um conceito complexo. Paidéia 2004;14: 211-20.

12. Costa EQ, Lima ES, Ribeiro VMB. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias – Rio de Janeiro (1956 – 94). Hist cienc Saúde 2002; 9:535-60.

13. Brasil. Lei Nº 11.947 de 16 de junho de 2009**.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2009.

14. Issa RC, Moraes FL, Francisco RRJ, Santos LC, Anjos AFV, Pereira SCL. Alimentação escolar: planejamento, produção, distribuição e adequação. Rev Panam Salud Publica. 2014; 352:96 - 103.

15. Camozzi ABQ, Monego EM, Menezes IHCF, Silva PO. Promoção da Alimentação Saudável na Escola: realidade ou utopia? Cad Saude Publica. 2015; 23:32-7.

16. Brasil. Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Diário Oficial da União 2013.

17. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. Brasília: ISSN; 2001.

18. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Food Security and Nutrition in the context of the Global Nutrition Transition: FAO; 2014.

19. Brasil. Política Nacional de Promoção da Saúde: PNaPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância à Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

20. Bezerra IMP, Sorpreso ICE. Conceitos de saúde e movimentos de promoção da saúde em busca da reorientação de práticas. J Hum Growth Dev 2016; 26:11-6.

21. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre a atuação do

nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. Cien Saude Colet 2013; 18: 917-26.

22. Gomes NAAA, Campos MRH, Monego ET. Aspectos higiênico-sanitários no processo produtivo dos alimentos em escolas públicas do Estado de Goiás, Brasil. Rev nutr 2012; 25:473-85.

23. Lopes ACC, Pinto HRF, Costa DCIO, Mascarenhas RJ, Aquino JS. Avaliação das Boas Práticas em unidades de alimentação e nutrição de escolas públicas do município de Bayeux, PB, Brasil. Cien Saude Colet 2015; 20: 2267-75.

24. Boog MCF. Programa de educação nutricional em escola de ensino fundamental de zona rural. Rev nutr 2010; 23:1005-17.

25. Marinho FCM, Assao TY, Mancuso AMC. Percepções e práticas dos diretores e coordenadores acerca da alimentação infantil em creches públicas do município de Jandira, São Paulo, Brasil. Segur Aliment Nutr 2010; 17:40-9.

26. Clayton DA, Griffith CJ, Price P, Peters AC. Food handlers' beliefs and self-reported practices. Int J Environ Health Res 2002; 12:25-39.

27. Gabriel CG, Clavo MCM, Vasconcelos FAG, Lacerda JT, Freitas SFT, Schmitz BAS. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. Cad Saude Publica 2014; 30:2017-23.

28. Scarparo ALS, Oliveira VR, Bittencourt JMV, Ruiz ENF, Fernandes PF; Zys JZ, Moulim CC. Formação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma avaliação da efetividade. Cien Saude Colet 2013; 18:1001-8.

29. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Material orientativo para formação de manipuladores de alimentos que atuam na alimentação escolar. Brasília: Ministério da Educação; 2014.

30. Brasil. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As compreensões, percepções e opiniões sobre a alimentação escolar expressadas pelos manipuladores no presente estudo, permitiram reflexões que caracterizam nacionalmente este profissional dentro da escola. Sua voz sistematizada nos resultados da pesquisa possibilita um novo olhar para a alimentação escolar enquanto política, uma vez que coloca em posição de protagonismo um ator que frequentemente é despercebido neste ambiente e nos documentos oficiais que regem a alimentação escolar.

A alimentação escolar como uma forma de contribuir com a aprendizagem e rendimento dos escolares e meio para promoção de alimentação saudável, além de ser um complemento da alimentação de casa, as vezes inadequada e insuficiente, foram as principais ideias pronunciadas pelos manipuladores. Além disso, há o reconhecimento da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como o fornecimento de alimentos saudáveis e meio para educação e incentivo de hábitos alimentares saudáveis.

Contudo, os manipuladores percebem seu papel na escola como profissionais tarefeiros que precisam cumprir com suas obrigações – tarefas técnicas e repetidas cotidianamente, para garantir o fornecimento de uma alimentação sanitariamente segura. O que acarreta em sobrecarga de trabalho, consequentemente a falta de tempo para que pensem, promovam e construam atividades de promoção da alimentação saudável.

As percepções proferidas sobre EAN também revelaram o caráter técnico do trabalho dos manipuladores, com destaque para sua compreensão enquanto orientações que recebem para o preparo da alimentação escolar, orientações essas para boas práticas de manipulação dos alimentos.

O caráter tecnicista do trabalho dos manipuladores de alimentos no ambiente escolar chama a atenção para a atuação do nutricionista nesse meio, uma vez que este profissional dentre outras atribuições, é responsável pela formação de agentes promotores de saúde e da alimentação saudável. Isso implica em construir relações horizontais entre os demais profissionais da escola, atuar de forma holística e com vistas ao empoderamento e autonomia da comunidade escolar.

Para que políticas públicas implementadas minimizem as desigualdades sociais, como em populações com acesso deficiente à alimentação saudável e adequada, é necessária sua constante avaliação. Uma das formas de atender a esse processo é incluir seus destinatários de forma que participem de sua construção, aplicação e avaliação. Compreender o que manipuladores de alimentos pensam sobre a alimentação escolar implica consequentemente na análise de como tal política vem sendo executada no país, com o recorte da atuação deste profissional, além da sua relação com nutricionistas, responsáveis técnicos pelo PNAE.

A presente pesquisa proporcionou uma amplitude de informações cujos resultados foram organizados em dois artigos, contudo algumas discussões não estão contidas nessas sínteses devido a necessidade de um aprofundamento que não caberia nos artigos por limitações espaço. Essas discussões estão dispostas no Apêndice D e serão publicadas por meio de resumos (expandidos ou simples) em ANAIS de eventos científicos. Além disso, todos os resultados da pesquisa – Ideias centrais, porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo estão sistematizados em tabelas no Apêndice E.

Uma das limitações do trabalho foi o fato da pesquisadora não ter participado da etapa da coleta de dados da pesquisa matriz. Contudo, a leitura exaustiva do material transcrito e audição das entrevistas gravadas permitiu uma aproximação com as falas dos sujeitos da pesquisa.

Outra limitação foi a escassez de estudos que abordem atuação de manipuladores de alimentos da alimentação escolar na perspectiva das percepções e compreensões sobre essa política e a EAN nesse ambiente, o que de certa forma reduziu as possibilidades de discussões e comparações com os resultados da presente pesquisa.

Como fortaleza destaca-se a importância e ineditismo da presente pesquisa, ao utilizar a metodologia qualitativa e colocar como foco de estudo percepções e opiniões da população que delinearam todo o processo de construção e discursão, tal abordagem possibilita a compreensão da realidade que não é expressa em números. Além disso a técnica de análise aqui adotada, ainda pouco presente nos estudos da ciência da Nutrição, indica novas possibilidades de aplicação para outros temas que perpassem a temática da alimentação, com foco para as políticas públicas de alimentação.

A pesquisa qualitativa permite o aprofundamento no contexto social no qual as políticas são executadas o que está associado à análise das percepções, opiniões, e significados atribuídos por quem vive tais políticas, assim potencializar esses estudos na área da alimentação e nutrição implica no fortalecimento das políticas sociais, pois há uma aproximação entre todos os atores envolvidos, sendo estes autores e destinatários de tais políticas.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Municípios visitados durante a Etapa 2 do projeto matriz

Estado	Municípios
Acre	Rio Branco
Alagoas	Barra de São Miguel, Coité do Noia, Maceió
Amapá	Calçoene, Macapá
Amazonas	Manaus
Bahia	Baianópolis, Salvador, Tremendal
Ceará	Fortaleza, Hidrolândia, Ocara
Espírito Santo	Vila Pavão, Vitória
Goiás	Indiara, Goiânia, Rialma
Maranhão	Axixá, São Luis, Sucupira do Riachão
Mato Grosso	Cuiabá, Querência
Mato Grosso do Sul	Vicentina
Minas Gerais	Belo Horizonte, Planura, Virginia
Pará	Belém, Primavera
Paraíba	João Pessoa, Vieirópolis
Paraná	Curitiba, Jandaia do Sul, Ponta Grossa
Pernambuco	Petrolina, Saloá
Piauí	Boqueirão do Piauí, Teresina
Rio Grande do Norte	Natal, Várzea
Rio Grande do Sul	Lindolfo Collor, Porto Alegre
Rio de Janeiro	Itaguaí, Nova Friburgo, Rio de Janeiro
Rondônia	Porto Velho, Rolim de Moura
Roraima	São João da Baliza
São Paulo	Alumínio, Iporanga, São Paulo
Santa Catarina	Arvoredo, Florianópolis
Sergipe	Aracaju , Tobias Barreto
Tocantins	Dianópolis, Palmas

Apêndice B – Roteiro semiestruturado utilizado na entrevista com o manipulador de alimentos

BLOCO III – MANIPULADOR DE ALIMENTOS

Identificação	
Nome:	
Telefone:	
E-mail:	
Formação:	
Há quanto tempo trabalha como manipulador?	
Educação alimentar e nutricional	
1 - O que você sabe sobre a alimentação escolar?	
2 -Na sua opinião, qual o papel da alimentação escolar no processo educativo?	
3 - Na sua opinião, quais são as atribuições do(a) manipulador(a) de alimentos (merendeiro(a)) em uma escola?	
4 - O(a) senhor(a) recebe alguma orientação da Secretaria de Educação sobre a alimentação escolar? ***(Se SIM):*** *Q*uais orientações são passadas? Quem faz essas orientações?	
5 - Você já realizou alguma atividade conjunta com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município? ***(Se SIM):*** *C*omo foi esta atividade? ***(Se NÃO):***Na sua opinião, porque não são realizadas atividades conjuntas?	
6 - Na sua opinião, o que é educação alimentar e nutricional?	
7- Considerando a sua opinião sobre o que é educação alimentar e nutricional, como o(a) senhor(a) enxerga que a educação alimentar e nutricional ocorre na escola?	
OBSERVAÇÕES NÃO VERBAIS:	

Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da Etapa 2

Titulo do Projeto: Ações de educação alimentar e nutricional em municípios brasileiros

O(a) senhor(a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, o(a) senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar um dos pesquisadores participantes da pesquisa pelos seguintes contatos:

Pesquisador Responsável :	**Telefone:**	**E-mail:**
Estelamaris Tronco Monego	(62) 9601-1412	emonego@fanut.ufg.br
Pesquisadores Participantes:		
Lucilene Maria de Sousa	(62) 9265-7899	lucilenemaria.sousa@gmail.com
Karine Anusca Martins	(62) 9605-5175	karineanusca@gmail.com
Simoni Urbano da Silva	(62) 9252-0912	Simoni.urbano@gmail.com
Nicolly Patricia Gregório	(62) 8292-0476	nicolly_npg@hotmail.com
Gabriela Benevides Soares	(62) 8525-0075	gabibsoares@gmail.com

Em caso de dúvidas sobre os seus direitos como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, bem como com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076. A ligação para qualquer um dos números poderá ser feita a cobrar.

A pesquisa tem como objetivo avaliar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios selecionados de regiões geográficas do Brasil, conforme disciplinado na Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/2009.

Se aceitar ser inserido na pesquisa, o(a) senhor(a) participará de uma ou mais sessões de conversa, no formato entrevista, sendo esta(s) sessão(ões) gravadas (áudio) para posterior transcrição. As gravações das entrevistas serão excluídas após um período igual e não superior a cinco anos.

Como descrito anteriormente, sua participação na pesquisa é voluntária, e o(a) senhor(a) não será remunerado(a) por isso. O(a) senhor(a) não precisa responder às perguntas ou parte dos questionamentos em que se sinta envergonhado(a) ou desconfortável. As informações fornecidas pelo(a) senhor(a) serão de uso exclusivo nesta pesquisa e de acesso limitado aos pesquisadores. A escolha em participar ou não desta pesquisa não terá implicação negativa sobre você ou seu trabalho na escola e/ou Secretaria de Educação. Você tem a liberdade de desistir a qualquer momento e retirar o seu consentimento sem prejuízo pessoal.

A possibilidade de ocorrer algum risco físico ou desconforto ao senhor(a) durante a realização da pesquisa é mínima. Em caso de ocorrer algum eventual problema decorrente da pesquisa, o pesquisador responsável tomará as providências necessárias.

A pesquisa não traz benefícios diretos ao senhor(a), porém será de grande importância para o fortalecimento das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas públicas dos municípios brasileiros, contribuindo para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar e consequente garantia da Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes.

Os resultados serão divulgados por meio de boletins informativos encaminhados a representantes das Secretarias Municipais de Educação antes de qualquer publicação, em local previamente agendado. Posteriormente, serão compartilhados mais amplamente, por publicações e eventos científicos. Nas publicações, a sua identidade será mantida em sigilo.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, que é um comitê cuja tarefa é ter certeza de que você será bem atendida(o) e protegida(o) de qualquer dano.

Nome e assinatura do pesquisador: _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, identidade (ou CPF) _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo "Ações de educação alimentar e nutricional em municípios brasileiros", como sujeito. Fui devidamente informada(o) e esclarecida(o) pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Estou consciente que não terei benefício pessoal. Fui informada(o) de como entrar em contato com os pesquisadores participantes e com o Comitê de Ética. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data:_____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE D - Discussões não incluídas nos artigos

ASPECTOS TÉCNICOS DA PROFISSÃO

O caráter do trabalho dos manipuladores de alimentos está centrado na operacionalidade técnica, o que possivelmente é reflexo da forma com que este profissional é definido em documentos oficiais, segundo os quais manipuladores de alimentos são aqueles entram em contato direto ou indireto com o alimento durante as etapas de preparação (BRASIL, 2014).

O *Codex Alimentarius,* que trata de orientações e implementações necessárias para o alcance da higienização correta dos alimentos, estabelece procedimentos e condutas que manipuladores de alimentos devem adotar para manipulação segura e adequada dos alimentos. Destaca-se ainda que o manipulador de alimentos é aquele que está envolvido também na distribuição e venda de alimentos (OPAS, 2006).

Partindo-se do pressuposto de que alimentação escolar não se limita a realização de procedimentos higiênicos sanitários, nota-se preocupação dos manipuladores em seguir corretamente as operações técnicas no desenvolvimento de suas atribuições.

Outros estudos corroboram com o resultado supracitado, tendo em vista que se evidencia que o excesso de atividades relacionadas à limpeza e ao preparo das refeições podem limitar as percepções de manipuladores de alimentos às funções operacionais. As pesquisas apontam ainda que o excesso de atividades técnicas leva a sobrecarga de trabalho e consequentemente impossibilita a inserção desses profissionais em atividades que não tenham caráter técnico ou operacional

(FERNANDES; FONSECA; SILVA, 2014; TANAJURA; FREITAS, 2012; TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010).

CARDÁPIO

Outra percepção que merece destaque é a que a alimentação escolar é: seguir o cardápio proposto pelo nutricionista.

A Resolução FNDE nº 26/2013, dispõe que o planejamento e elaboração do cardápio da alimentação escolar são de responsabilidade do Responsável Técnico pelo PNAE, o nutricionista. O cardápio deve estar de acordo com a cultura alimentar, o perfil epidemiológico dos escolares, e com a vocação agrícola da região (BRASIL, 2013).

No estudo realizado com merendeiras de escolas públicas de Guarulhos (SP) foi referido incoerências no planejamento dos cardápios, não estando estes em concordância com os gêneros alimentícios disponíveis no estoque (ASSAO et al., 2012).

Tais condições corroboram com o presente estudo que traz o discurso de manipuladores em âmbito nacional, e chama a atenção para a importância de práticas conjuntas entre nutricionistas e manipuladores no que diz respeito à elaboração de cardápios da alimentação escolar, uma vez que se evidenciou a alimentação escolar como a própria prática de seguir o cardápio dos nutricionistas.

Um estudo que teve por objetivo discutir os cardápios como elemento pedagógico e o reconhecimento do seu papel educativo por nutricionistas da alimentação escolar no município de São Paulo, identificou apenas sua atribuição administrativa, ou seja, gestão das licitações de compras e cálculos, em detrimento do seu aspecto educativo desde o planejamento até sua execução (MANCUSO; SILVA; CÁRDENAS, 2013).

Apêndice E – Tabelas com Ideias centrais, porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo.

Tabela 1. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca das percepções sobre alimentação escolar (BRASIL, 2013).

IC	N	%	DSC
A - É uma alimentação saudável e/ou adequada em quantidade suficiente	20	27,4	*Eu sei que tem que ser alimentação saudável, uma boa distribuição que tem que ter todos os nutrientes ali, tem que ser servida suficiente pro aluno ficar satisfeito, até na quantidade que a gente pode estar fazendo, a quantidade que a criança deve estar recebendo, procurar fazer uma alimentação balanceada, não pode usar nem muito óleo, nem muito açúcar, pra ter uma alimentação saudável a gente fazer o máximo que a gente puder.*
B - Alimentação Escolar complementa a alimentação de casa	15	20,5	*Acho importante. Porque assim, muitas vezes as criança não tem condição de ter esse alimento em casa, balanceado. Porque a maioria das crianças são de baixa renda, tem umas que só come aqui mesmo na escola, às vezes não tem nada em casa. Alimentação escolar ela é um complemento.*
C - Boas práticas de higiene e manipulação de alimentos (aspectos higiênicos-sanitários)	11	15,1	*O que eu sei sobre alimentação escolar é que deve ser bem preparada, a gente tem que ter cuidado, essas coisas de alimentação. Manter sempre os alimentos limpos, lavados, manter sempre as mãos limpas quando tá fazendo a merenda, cabelo preso, não posso usar adornos, tenho que tá com avental, luva, máscara na hora que eu tô servindo os alimentos. Chegar, limpar tudo, pra depois começar a trabalhar, manipular os alimentos, tudo limpinho, os freezers, as geladeiras, essas coisas assim.*
D - É boa e/ou necessária e/ou importante	9	12,3	*Eu acho boa, ter uma boa merenda é uma coisa muito importante para o aluno, que é tão necessária quanto o aprendizado, uma coisa muito necessária mesmo.*
E - É uma forma de contribuir com o rendimento e a aprendizagem dos alunos	7	9,6	*É muito importante né, para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças, contribui com os alunos pra o crescimento, ajuda também no rendimento escolar dele. É fundamental principalmente porque acho que a necessidade de aprendizagem tá muito ligado com estar*

Tabela 1. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca das percepções sobre alimentação escolar (BRASIL, 2013). Continuação.

IC	n	%	DSC
			bem alimentado. Escola tem essa responsabilidade de prover a alimentação que seja necessário pras crianças e que estejam bem nutridos para que isso possa render a escolaridade deles.
F - Manipular a alimentação escolar envolvendo aspectos afetivos	5	6,9	*Deve ser bem feita, com carinho, porque é pra fazer pras crianças. A gente tem que ter todo o cuidado do mundo, muita responsabilidade, muita dedicação, com muito amor.*
G - É seguir o cardápio	4	5,5	*A gente segue o cardápio da escola, nutricionista vem e passa pra gente essas diretrizes essas informações, sempre tratando de melhorar. Eu acompanho o cardápio do nutricionista e aquele cardápio nunca falta, o certo é o que tá no cardápio.*
H - É um direito do aluno	2	2,7	*Acredito que é um direito do aluno, é importante pra ele, um direito deles.*
Total de respostas	**73**		

Tabela 2. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca das percepções sobre o papel da alimentação escolar no processo educativo (BRASIL, 2013).

IC	N	%	DSC
A - Contribuir com a aprendizagem e/ou desenvolvimento dos escolares	32	46,4	*Fundamental, porque sem estar bem alimentado a aprendizagem é impossível, o aluno bem alimentado tem mais capacidade de aprender porque se ele tiver com fome não vai ter animo pra estudar e alimentado ele vai chegar numa sala, vai ter aquela vontade pra estudar, porque ele tá bem, não vai tá com fome nem nada. Eu acredito que a alimentação escolar na vida desse estudante é de fundamental importância pra que ele possa produzir. Então é importante a gente reforçar essa alimentação ser bem feita, bem cuidada, pra que ajude no aprendizado deles, a criança quando ela tem uma boa alimentação ela rende melhor por questão de desenvolvimento intelectual. Assim, dá pra perceber, que ela é tão importante quanto o aprendizado.*
B - É uma forma de complementar a alimentação de casa	17	24,6	*Ajuda muito principalmente por conta das crianças serem carentes, não terem condições financeiras adequadas e muitas delas só se alimentam na escola, então é importante a gente reforçar essa alimentação, porque tem muitos que necessitam, precisam assim, em casa não tem as vezes nem o que tem na escola, que é bom pra eles, é esse complemento mesmo.*
C - Incentivar e/ou educar os escolares para uma alimentação saudável	9	13,0	*A criança assim como ela aprende a ler e escrever ela aprende a se alimentar, aprende as funções que o alimento traz pro seu próprio organismo. Educar as crianças a comer, no processo educativo porque muitas crianças chegam eles desconhecem, eu acho que a maior parte de legumes, das verduras, então a gente brinca, a gente as vezes até faz musiquinha. Eu acho que é isso a preocupação que a gente tem de mostrar o que é certo o que é correto na alimentação. A fruta eles já sabem, já estão vivenciando isso e pra gente isso é o principal. As crianças aqui no caso eles aprendem com a alimentação, aprendem a comer, tem historinhas que envolvem*

Tabela 2. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca das percepções sobre o papel da alimentação escolar no processo educativo (BRASIL, 2013). Continuação.

IC	n	%	DSC
			alimentação, história da beterraba, então acaba sendo incluído coisas que eles não tão acostumados como a própria salada, verduras, legumes e as professoras trabalham com eles assim em sala. Quando eu vou dar as merendas pras criança, eu costumo sempre falar pra eles...vocês merendem que é uma alimentação agradáveis pra vocês. E de forma geral que ensina as vezes, muitas vezes a criança que não gosta de determinada comida passa a se alimentar, comer determinadas coisas que não comem por acharem que não gostavam.
D - Contribuir com a saúde dos escolares	7	10,14	*Eu acho que é importante porque na escola geralmente, eles se alimentam assim com alimento saudável, acho que é pra saúde das crianças, pra manter eles bem alimentados, as crianças em casa muitas delas não tem nutriente importante pra ter uma saúde, uma alimentação saudável, com alimento rico e balanceado. Evitar o desenvolvimento de algumas doenças causada por falta de alimentação. Evitar consequentemente a desnutrição em geral.*
E - Proporciona momentos de felicidade entre os escolares	3	4,4	*A criança vem mais feliz pra aula por que vai merenda, eu acho que estão muito felizes com essa merenda, se tem um processo de merenda boa todas as criança fica feliz né. Fica feliz, ela fica curiosa, vai na copa, ela pergunta que que vai se a merenda hoje.*
F - Não soube responder	1	1,5	*Essa aí eu não sei responder por que eu sou nova no ramo.*
Total de respostas	69		

Tabela 3. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca das opiniões dos manipuladores quanto suas atribuições em uma escola (BRASIL, 2013).

IC	n	%	DSC
A - Boas práticas de higiene e manipulação de alimentos	44	56,4	*Ponho meu uniforme, depois a gente limpa as bancada com álcool. Minha função é manipular alimento, prepara-lo, porque é através da manipulação do alimento, começa desde a preparação, na higienização, que é super importante, a gente é orientado a higienizar o alimento. Até a condição de armazenar o alimento. Que passam pra nós é mais ou menos isso: fazendo a merenda, cuidando da limpeza do ambiente, do utensílio ali e da organização também da merenda quando chega, ver também prazo de validade, acredito que meu papel é esse, é fazer, manipular, fiscalizar, eu ajudo na hora de servir as crianças ali.*
B - Preparar a alimentação escolar envolvendo aspectos afetivos	15	19,2	*Acho que é servir bem a alimentação com carinho com as crianças, com cuidado, muita dedicação, é você fazer com amor, fazer bem feito. Eu gosto de fazer as coisas que eles gostam. A comida feita com carinho ela ainda fica mais saborosa, mais gostosa. Nossa função é essa, cuidar deles, fazer a merenda bem feitinha pra eles... e tem a merendeira ali que faz o lanche com prazer, com amor, as crianças aprendem mais.*
C - Preparar uma alimentação escolar de qualidade e/ ou saborosa e/ou nutritiva	8	10,3	*Se esforçar pra fazer uma alimentação que seja saborosa, mas também nutritiva, é fazer um bom alimento, de qualidade, fazer uma boa merenda. Cuidar da alimentação dos alunos pra que não falta, pra que esteja bem feita, pra que seja no horário certo.*
D - Educar e/ou incentivar os alunos a terem uma alimentação saudável	8	10,3	*Nós temos a função também, nós dizemos que nós também ajudamos a educar as crianças, merendeira tem que tá ali como educadora, não como professora mas é um educadora, ta educando a ele como pegar a merenda, como comer, o que é dizendo pra eles aqueles alimentos pra que serve eles. Incentivar as crianças a comer bem. Eu acho importante porque eu posso tá contribuindo assim com as crianças, e orientar eles a ter uma alimentação saudável, porque muitas crianças não tem o hábito de comer.*
E - Serviços gerais de limpeza de locais que não estejam relacionados à cozinha	3	3,9	*Eu faço a merenda eu ajudo as meninas também serviços gerais, se for preciso o que a gente puder fazer a gente faz, se faltar um ASG eu já to sendo ASG*
Total de respostas	78		

Tabela 4. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) relacionados às orientações passadas aos manipuladores de alimentos (BRASIL, 2013). *

IC	n	%	DSC
A - Orientações acerca de aspectos higiênicos sanitários abordados em treinamentos, capacitações e cursos.	41	70,7	*A gente tem treinamento, não só como fazer, mas a maneira de higienização também. A orientação é essa, como eu vou manusear os alimentos, a higienização, a maneira que eu vou armazenar os alimentos pra não ter contaminação. A gente olha lá bastante a validade, tem verdura que não pode ficar fora da geladeira, tem que ser tudo conservado certinho é sobre isso. Sempre tem as nutricionistas dando explicação pra gente ter cuidado com a merenda, cuidado pra fazer, manter as panelas tampadas, manter o fogão limpo, esterilização das verduras, das frutas, conferir a temperatura das carnes, e após cada manipulação de algum alimento você tem que esterilizar a bancada pra poder usar brinco, não pode ter anel, não ter unha pintada nem unha grande, tem que ta, assim bem calçado, com calçado fechado, essas coisas assim. Tenho que tá com touca pra evitar que caia cabelo nos alimentos, tenho que tá com aventais, luvas na hora de servir os alimentos, máscara.*
B - Orientações sobre preparo dos alimentos ou a presença/ elaboração do cardápio	14	24,14	*A orientação que a gente tem é o cardápio, segue o cardápio. As receitas também pra mudar o cardápio, elaboração de cardápio, tudo isso eles ensinam nos cursos pra gente. Exatamente sobre o tipo de alimento que se deve oferecer pro aluno, também o preparo do alimento como deve ser feito, como preparar, porque eles são crianças em período pequeno, a alimentação é totalmente diferente da alimentação dos adultos, o alimento tem que tá bem apresentável, tem que tá bom, nós temos que experimentar um pouquinho, provar pra ver se tá bom de sal, se o tempero tá bom. Ela ensina como a gente fazer o lanche assim, qual é o tipo de alimento que é saudável pro aluno.*
C - Orientações sobre práticas que promovam melhoria dos hábitos alimentares entre os escolares	2	3,5	*Esse trabalho de tá orientando os alunos. A sala de aula, fazer cartaz, fazer alguma coisa assim pra... chamar a atenção deles, mostrar aquele prato bem colorido. Chamar a atenção dele porque vê a importância do alimento. A gente enriquece as saladas sabe? Pra ficar mais colorida, mais atrativa. É eles falam mais sobre a alimentação, um básico a alimentação, o que é melhor pras crianças, se as crianças gostam, preocupação de saber se as crianças gostam do lanche da manhã, é mais em torno das crianças e da alimentação, e nós procuramos na capacitação o que for melhor para as crianças, sempre em função das crianças.*
D - Não se lembra quais foram as orientações passadas	1	1,7	*Já tanto tempo que eu não lembro*
Total de respostas	58		

* O senhor (a) recebe alguma orientação da Secretaria de Educação sobre alimentação? Sim (78,9%, n=45); Sim, porém parcialmente (10,6%, n=6); Não (10,6%; n=6). Quem faz as orientações? Nutricionista (66,1%; n=39); Não se lembra ou não soube responder (6,8%; n=4); Entidades do governo (8,5%; n=5); Atores sociais da escola (CAE, coordenador de merenda, diretor, professor) (17%; n=10); Empresas terceirizadas (1,6%; n=1).

Tabela 5. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) sobre atividades realizadas em conjunto com nutricionistas (BRASIL, 2013). *

IC	n	%	DSC
A - Realização de atividades pontuais como: palestras, oficinas e testes de aceitabilidade.	14	56	*A nutricionista, uma vez no mês no colégio ela dá as orientações, às vezes, renova o cardápio, aí a nutricionista vem e orienta a gente. A gente teve uma reunião. Ela orientando a gente sobre o lanche. Uma palestra que a gente teve foi em outra escola sobre não trabalhar de roupa cavada, sobre como fazer com os alimentos, sobre os brincos, anéis essas coisas, de unha, não pode ter esmalte, unha grande, aí tem que ter a touca sempre. A gente já colocou pratos que a gente sabia fazer.*
B - Realização de atividades contínuas: cursos, grupos, aulas, treinamentos periódicos, sobre preparo dos alimentos, cardápios e aspectos higiênicos sanitários.	7	28	*Mas sempre os cursos que elas marca pra cada um fazer um prato, um cardápio ali e prova, cada um prova o da outra. No curso que nós temos, como que pega os alimentos. Ensina como higienizar, como cortar, como fazer o alimento pra não perder muito nutriente. Sempre tem os cursos pra gente ta aperfeiçoando como fazer os alimentos. A gente faz grupos, ela passa orientação pra nós fazer os lanches dos alunos. Então a gente participa, porque na empresa é reunida o pessoal da cozinha, as nutricionistas, a gente passa as nossas dúvidas e elas vão sempre repassando o treinamento pra gente.*
C - Atividades de incentivo e orientações para melhoria dos hábitos alimentares entre escolares	2	8	*No caso assim ó, a gente do sanduiche quanto na salada a gente orienta as crianças porque são eles que tão preparando, mas a gente ta ali do lado orientando e trabalhando junto com eles. O caso é orientar as crianças e ensinando, eles mesmo fazendo mas nós ali acompanhando e dando os passos pra eles. Eles fizeram, o lanche que foi natural mesmo, ensinaram pras crianças aprender a comer mais alface, tomate, os produtos naturais, e a cenoura... não sei se é a cenoura, aí fazem docinho e a criançada aprovaram bem, brincando eles divertiram e depois comeram bem.*
D - Visitas técnicas do nutricionista para avaliação das conformidades nas atividades realizadas	2	8	*Duas nutricionistas fizeram inspeção, dentro da cozinha lá onde a gente trabalha, e elas verificaram o que tinha de errado, o que não tinha. A nutricionista vem nos fazer visitas, pra saber se a gente ta usando o uniforme, se agente ta mantendo tudo limpo, então quando ela vem fazer essas visitas é que a gente vai... se organizando, e aí se eu cometi algum erro então ela me chama atenção pra consertar.*
Total de respostas	25		

*Você já realizou alguma atividade conjunta com o (a) nutricionista da alimentação escolar do município? Não (56,1%, n=32); Sim (43,9%, n=

Tabela 6. Ideias centrais (IC), porcentagem de distribuição das expressões chaves e Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) acerca dos motivos pelos quais não são realizadas atividades em conjunto com nutricionista (BRASIL, 2013).

IC	n	%	DSC
A - A rotina da escola inviabiliza a realização de atividades conjuntas (baixo número de funcionários na cozinha, sobre carga de tarefas, manipuladores não informados, falta de oportunidade).	11	30,6	*O número de funcionários não é suficiente, eu acho que também devido a agenda, aí seria muito bom se a gente tivesse pelo menos duas vezes no ano já seria o suficiente. Porque nosso trabalho nos prende muito, faltou tempo pra muita coisa, a gente se atarefa muito e não liga pra questão de pedir. Eu acho é porque não teve ainda oportunidade.*
B - Baixa frequência de visitas do nutricionista possivelmente devido ao baixo número de profissionais e a grande quantidade de escolas atendidas	8	22,3	*Porque ela vem só uma vez no mês, ela fica pouco tempo na secretaria. Ela vem às vezes visitar. Não sei se elas não tem muito tempo, porque são várias escolas pra elas estarem correndo, olhando, tomando conta. Eu creio não tem assim, disponibilidade de tá presente na escola porque também a missão deles é grande.*
C - Falta de planejamento e/ ou projetos da prefeitura e/ ou da nutricionista	4	11,1	*Deve ser do projeto da prefeitura mesmo que ainda não elaboraram isso, num sei aí depende dos planos lá da prefeitura, das nutricionistas da secretaria, oferecer esse tipo de projeto. Falta de algum projeto, dela fazer um projeto alguma coisa incentiva mais.*
D - Não soube dizer, porém considera importante | necessário	4	11,1	*Eu sinceramente não sei, porque deveria, é necessário. Eles teriam que oferecer isso pra gente, seria até bom realizar essas atividades conjuntas.*
E - Não relata o porque	3	8,3	*A nutricionista vem de vez em quando, assim ela chega aí pergunta se tá tudo bem, se tá faltando alguma coisa e só, mas realizar alguma coisa junto com ela ainda não. A nutricionista vem conversa com os alunos e com a serviçal.*
F - Descaso do nutricionista | falta de interesse	3	8,3	*Não sei se eles não se importam muito com a alimentação de uma criança. Ela que tinha que ter um interesse mais de participar junto. Olha eu acho que o motivo é ela que não quer participar. Vejo que a nutricionista ela tem que visitar o colégio pra saber como é que a merenda tá sendo aceita pelos alunos, como é que a merendeira tá trabalhando com aquela merenda, na limpeza da cozinha, na limpeza dela com as mãos, com os cabelos, com o brinco, com tudo.*
G - Não soube responder	3	8,3	*Não sei.*
Total de respostas	36		

ANEXOS

Anexo A – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

UFG

Goiânia, 19 de novembro de 2012.

PARECER CONSUBSTANCIADO REFERENTE AO RELATÓRIO FINAL DE PROJETO DE PESQUISA
Protocolo nº 276/11

I – Identificação

– Título do projeto: *Avaliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Goiás*
– Pesquisador Responsável: Simoni Urbano da Silva
– Instituição onde será realizado o estudo: Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE/UFG) – Faculdade de Nutrição/UFG
– Data de apresentação ao CEP/UFG: 11/07/2011
– Área Temática: Nutrição

II – Projeto de pesquisa
Trata-se do Relatório parcial e solicitação de emendas ao Projeto de Pesquisa cujo objetivo é identificar e caracterizar as ações de EAN desenvolvidas em escolas públicas de municípios de Goiás, conforme disciplinado no Art. 2º (Inciso II) e Art. 17 (Inciso III) da Lei 11.974/2009.

Solicitação de emendas ao projeto inicial: solicita-se a extensão da realização da referente pesquisa para mais 446 municípios brasileiros e a exclusão da fase qualitativa da pesquisa. Além da inclusão dos pesquisadores participantes:

De uma estudante de pós-graduação (mestrado) FANUT/UFG: Nicolly Patrícia Gregório e de 11 alunas da graduação em Nutrição, sendo duas da PUC/Goiás e as demais da FANUT/UFG: Bárbarah Gregório de Araújo Souza; Cibele Souto de Paiva, Cristina Camargo Pereira, Cinthya Costa Braga, Kamila Yumiko Amemiya, Gabriela Benevides Soares, Talita Barcelos, Vanessa Melo Lopes, Victória Ramos Pereira, Lorena Passos Camargo e Ana Caroline dos Anjos Amorim.

III- Parecer do CEP

- Protocolo: Aprovado o Relatório parcial e solicitação de emendas ao projeto inicial que traz informações pertinentes ao encaminhamento parcial da pesquisa, sendo apresentados, ainda, documentos comprobatórios de produção científica (Resumo científico expandido apresentado no CONPEEX), bem como alguns resultados parciais coerentes com o objetivo proposto.

VI – Data da reunião: 19/11/2012

Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP

Prof. João Batista de Souza
Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa/CEP
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG-UFG, Caixa Postal: 131, Prédio da Reitoria, Piso 1, Campus Samambaia (Campus II) - CEP:74001-970, Goiânia – Goiás, Fone: (55-62) 3521-1215.
Email: cep.prppg.ufg@gmail.com

Anexo B – Instruções para autores – Cadernos de Saúde Pública

Cadernos de Saúde Pública/Reports in Public Health (CSP) publica artigos originais com elevado mérito científico, que contribuem com o estudo da saúde pública em geral e disciplinas afins. Desde janeiro de 2016, a revista adota apenas a versão on-line, em sistema de publicação continuada de artigos em periódicos indexados na base SciELO. Recomendamos aos autores a leitura atenta das instruções antes de submeterem seus artigos a CSP.

1. CSP ACEITA TRABALHOS PARA AS SEGUINTES SEÇÕES

1.1 – Perspectivas: análises de temas conjunturais, de interesse imediato, de importância para a Saúde Coletiva (máximo de 1.600 palavras);

1.2 – Debate: análise de temas relevantes do campo da Saúde Coletiva, que é acompanhado por comentários críticos assinados por autores a convite das Editoras, seguida de resposta do autor do artigo principal (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações);

1.3 – Espaço Temático: seção destinada à publicação de 3 a 4 artigos versando sobre tema comum, relevante para a Saúde Coletiva. Os interessados em submeter trabalhos para essa Seção devem consultar as Editoras;

1.4 – Revisão: revisão crítica da literatura sobre temas pertinentes à Saúde Coletiva, máximo de 8.000 palavras e 5 ilustrações. Toda revisão sistemática deverá ter seu protocolo publicado ou registrado em uma base de registro de revisões sistemáticas como por exemplo o PROSPERO (http://www.crd.york.ac.uk/prospero/); as revisões sistemáticas deverão ser submetidas em inglês (leia mais);

1.5 – Ensaio: texto original que desenvolve um argumento sobre temática bem delimitada, podendo ter até 8.000 palavras (leia mais);

1.6 – Questões Metodológicas: artigos cujo foco é a discussão, comparação ou avaliação de aspectos metodológicos importantes para o campo, seja na área de desenho de estudos, análise de dados ou métodos qualitativos (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações); artigos sobre instrumentos de aferição epidemiológicos devem ser submetidos para esta Seção, obedecendo preferencialmente as regras de Comunicação Breve (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);

1.7 – Artigo: resultado de pesquisa de natureza empírica (máximo de 6.000 palavras e 5 ilustrações). Dentro dos diversos tipos de estudos empíricos, apresentamos dois exemplos: artigo de pesquisa etiológica na epidemiologia e artigo utilizando metodologia qualitativa;

1.8 – Comunicação Breve: relatando resultados preliminares de pesquisa, ou ainda resultados de estudos originais que possam ser apresentados de forma sucinta (máximo de 1.700 palavras e 3 ilustrações);

1.9 – Cartas: crítica a artigo publicado em fascículo anterior de CSP (máximo de 700 palavras);

1.10 – Resenhas: resenha crítica de livro relacionado ao campo temático de CSP, publicado nos últimos dois anos (máximo de 1.200 palavras).

2. NORMAS PARA ENVIO DE ARTIGOS

2.1 – CSP publica somente artigos inéditos e originais, e que não estejam em avaliação em nenhum outro periódico simultaneamente. Os autores devem declarar essas condições no processo de submissão. Caso seja identificada a publicação ou submissão simultânea em outro periódico o artigo será desconsiderado. A submissão simultânea de um artigo científico a mais de um periódico constitui grave falta de ética do autor.

2.2 – Não há taxas para submissão e avaliação de artigos.

2.3 – Serão aceitas contribuições em Português, Inglês ou Espanhol.

2.4 – Notas de rodapé, de fim de página e anexos não serão aceitos.

2.5 – A contagem de palavras inclui somente o corpo do texto e as referências bibliográficas, conforme item 12.13.

2.6 – Todos os autores dos artigos aceitos para publicação serão automaticamente inseridos no banco de consultores de CSP, se comprometendo, portanto, a ficar à disposição para avaliarem artigos submetidos nos temas referentes ao artigo publicado.

3. PUBLICAÇÃO DE ENSAIOS CLÍNICOS

3.1 – Artigos que apresentem resultados parciais ou integrais de ensaios clínicos devem obrigatoriamente ser acompanhados do número e entidade de registro do ensaio clínico.

3.2 – Essa exigência está de acordo com a recomendação do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME)/Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o Registro de Ensaios Clínicos a serem publicados a partir de orientações da OMS, do International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE) e do Workshop ICTPR.

3.3 – As entidades que registram ensaios clínicos segundo os critérios do ICMJE são:

- Australian New Zealand Clinical Trials Registry (ANZCTR)
- ClinicalTrials.gov
- International Standard Randomised Controlled Trial Number (ISRCTN)
- Nederlands Trial Register (NTR)
- UMIN Clinical Trials Registry (UMIN-CTR)
- WHO International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP)

4. FONTES DE FINANCIAMENTO

4.1 – Os autores devem declarar todas as fontes de financiamento ou suporte, institucional ou privado, para a realização do estudo.

4.2 – Fornecedores de materiais ou equipamentos, gratuitos ou com descontos, também devem ser descritos como fontes de financiamento, incluindo a origem (cidade, estado e país).

4.3 – No caso de estudos realizados sem recursos financeiros institucionais e/ou privados, os autores devem declarar que a pesquisa não recebeu financiamento para a sua realização.

5. CONFLITO DE INTERESSES

5.1 – Os autores devem informar qualquer potencial conflito de interesse, incluindo interesses políticos e/ou financeiros associados a patentes ou propriedade, provisão de materiais e/ou insumos e equipamentos utilizados no estudo pelos fabricantes.

6. COLABORADORES

6.1 – Devem ser especificadas quais foram as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo.

6.2 – Lembramos que os critérios de autoria devem basear-se nas deliberações do ICMJE, que determina o seguinte: o reconhecimento da autoria deve estar baseado em contribuição substancial relacionada aos seguintes aspectos: 1. Concepção e projeto ou análise e interpretação dos dados; 2. Redação do artigo ou revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; 3. Aprovação final da versão a ser publicada; 4. Ser responsável por todos os aspectos do trabalho na garantia da exatidão e integridade de qualquer parte da obra. Essas quatro condições devem ser integralmente atendidas.

6.3 – Os autores mantém o direito autoral da obra, concedendo à publicação Cadernos de Saúde Pública, o direito de primeira publicação.

7. AGRADECIMENTOS

7.1 – Possíveis menções em agradecimentos incluem instituições que de alguma forma possibilitaram a realização da pesquisa e/ou pessoas que colaboraram com o estudo, mas que não preencheram os critérios para serem coautores.

8. REFERÊNCIAS

8.1 – As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos (p. ex.: Silva 1). As referências citadas somente em tabelas e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto. As referências citadas deverão ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos (Requisitos Uniformes para Manuscritos Apresentados a Periódicos Biomédicos). Não serão aceitas as referências em nota de rodapé ou fim de página.

8.2 – Todas as referências devem ser apresentadas de modo correto e completo. A veracidade das informações contidas na lista de referências é de responsabilidade do(s) autor(es).

8.3 – No caso de usar algum software de gerenciamento de referências bibliográficas (p. ex.: EndNote), o(s) autor(es) deverá(ão) converter as referências para texto.

9. NOMENCLATURA

9.1 – Devem ser observadas as regras de nomenclatura zoológica e botânica, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas.

10. ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS

10.1 – A publicação de artigos que trazem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos está condicionada ao cumprimento dos princípios éticos contidos na Declaração de Helsinki (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1996, 2000 e 2008), da Associação Médica Mundial.

10.2 – Além disso, deve ser observado o atendimento a legislações específicas (quando houver) do país no qual a pesquisa foi realizada.

10.3 – Artigos que apresentem resultados de pesquisas envolvendo seres humanos deverão conter uma clara afirmação deste cumprimento (tal afirmação deverá constituir o último parágrafo da seção Métodos do artigo).

10.4 – Após a aceitação do trabalho para publicação, todos os autores deverão assinar um formulário, a ser fornecido pela Secretaria Editorial de CSP, indicando o cumprimento integral de princípios éticos e legislações específicas.

10.5 – O Conselho Editorial de CSP se reserva o direito de solicitar informações adicionais sobre os procedimentos éticos executados na pesquisa.

11. PROCESSO DE SUBMISSÃO ONLINE

11.1 – Os artigos devem ser submetidos eletronicamente por meio do sítio do Sistema de Avaliação e Gerenciamento de Artigos (SAGAS), disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/index.php.

11.2 – Outras formas de submissão não serão aceitas. As instruções completas para a submissão são apresentadas a seguir. No caso de dúvidas, entre em contado com o suporte sistema SAGAS pelo e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

11.3 – Inicialmente o autor deve entrar no sistema SAGAS. Em seguida, inserir o nome do usuário e senha para ir à área restrita de gerenciamento de artigos. Novos usuários do sistema SAGAS devem realizar o cadastro em "Cadastre-se" na página inicial. Em caso de esquecimento de sua senha, solicite o envio automático da mesma em "Esqueceu sua senha? Clique aqui".

11.4 – Para novos usuários do sistema SAGAS. Após clicar em "Cadastre-se" você será direcionado para o cadastro no sistema SAGAS. Digite seu nome, endereço, e-mail, telefone, instituição.

12. ENVIO DO ARTIGO

12.1 – A submissão on-line é feita na área restrita de gerenciamento de artigos http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/index.php. O autor deve acessar a "Central de Autor" e selecionar o link "Submeta um novo artigo".

12.2 – A primeira etapa do processo de submissão consiste na verificação às normas de publicação de CSP. O artigo somente será avaliado pela Secretaria Editorial de CSP se cumprir todas as normas de publicação.

12.3 – Na segunda etapa são inseridos os dados referentes ao artigo: título, título resumido, área de concentração, palavras-chave, informações sobre financiamento e conflito de interesses, resumos e agradecimentos, quando necessário. Se desejar, o autor pode sugerir potenciais consultores (nome, e-mail e instituição) que ele julgue capaz de avaliar o artigo.

12.4 – O título completo (no idioma original do artigo) deve ser conciso e informativo, e conter, no máximo, 150 caracteres com espaços.

12.5 – O título resumido poderá ter máximo de 70 caracteres com espaços.
12.6 – As palavras-chave (mínimo de 3 e máximo de 5 no idioma original do artigo) devem constar na base da Biblioteca Virtual em Saúde BVS.

12.7 – Resumo. Com exceção das contribuições enviadas às seções Resenha, Cartas ou Perspectivas, todos os artigos submetidos deverão ter resumo no idioma original do artigo, podendo ter no máximo 1.700 caracteres com espaço. Visando ampliar o alcance dos artigos publicados, CSP publica os resumos nos idiomas português, inglês e espanhol. No intuito de garantir um padrão de qualidade do trabalho, oferecemos gratuitamente a tradução do resumo para os idiomas a serem publicados. Não se aceitam equações e caracteres especiais (por ex: letras gregas, símbolos) no resumo.

12.7.1 – Como o resumo do artigo alcança maior visibilidade e distribuição do que o artigo em si, indicamos a leitura atenta da recomendação específica para sua elaboração. (leia mais)

12.8 – Agradecimentos. Possíveis agradecimentos às instituições e/ou pessoas poderão ter no máximo 500 caracteres com espaço.

12.9 – Na terceira etapa são incluídos o(s) nome(s) do(s) autor(es) do artigo, respectiva(s) instituição(ões) por extenso, com endereço completo, telefone e e-mail, bem como a colaboração de cada um. O autor que cadastrar o artigo automaticamente será incluído como autor de artigo. A ordem dos nomes dos autores deve ser a mesma da publicação.

12.10 – Na quarta etapa é feita a transferência do arquivo com o corpo do texto e as referências.

12.11 – O arquivo com o texto do artigo deve estar nos formatos DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text) e não deve ultrapassar 1MB.

12.12 – O texto deve ser apresentado em espaço 1,5cm, fonte Times New Roman, tamanho 12.

12.13 – O arquivo com o texto deve conter somente o corpo do artigo e as referências bibliográficas. Os seguintes itens deverão ser inseridos em campos à parte durante o processo de submissão: resumos; nome(s) do(s) autor(es), afiliação ou qualquer outra informação que identifique o(s) autor(es); agradecimentos e colaborações; ilustrações (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

12.14 – Na quinta etapa são transferidos os arquivos das ilustrações do artigo (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas), quando necessário. Cada ilustração deve ser enviada em arquivo separado clicando em "Transferir".

12.15 – Ilustrações. O número de ilustrações deve ser mantido ao mínimo, conforme especificado no item 1 (fotografias, fluxogramas, mapas, gráficos e tabelas).

12.16 – Os autores deverão arcar com os custos referentes ao material ilustrativo que ultrapasse esse limite.

12.17 – Os autores devem obter autorização, por escrito, dos detentores dos direitos de reprodução de ilustrações que já tenham sido publicadas anteriormente.

12.18 – Tabelas. As tabelas podem ter até 17cm de largura, considerando fonte de tamanho 9. Devem ser submetidas em arquivo de texto: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format) ou ODT (Open Document Text). As tabelas devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e devem ser citadas no corpo do mesmo. Cada dado na tabela deve ser inserido em uma célula separadamente, e dividida em linhas e colunas.

12.19 – Figuras. Os seguintes tipos de figuras serão aceitos por CSP: Mapas, Gráficos, Imagens de Satélite, Fotografias e Organogramas, e Fluxogramas.

12.20 – Os mapas devem ser submetidos em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics). Nota: os mapas gerados originalmente em formato de imagem e depois exportados para o formato vetorial não serão aceitos.

12.21 – Os gráficos devem ser submetidos em formato vetorial e serão aceitos nos seguintes tipos de arquivo: XLS (Microsoft Excel), ODS (Open Document Spreadsheet), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

12.22 – As imagens de satélite e fotografias devem ser submetidas nos seguintes tipos de arquivo: TIFF (Tagged

Image File Format) ou BMP (Bitmap). A resolução mínima deve ser de 300dpi (pontos por polegada), com tamanho mínimo de 17,5cm de largura. O tamanho limite do arquivo deve ser de 10Mb.

12.23 – Os organogramas e fluxogramas devem ser submetidos em arquivo de texto ou em formato vetorial e são aceitos nos seguintes tipos de arquivo: DOC (Microsoft Word), RTF (Rich Text Format), ODT (Open Document Text), WMF (Windows MetaFile), EPS (Encapsuled PostScript) ou SVG (Scalable Vectorial Graphics).

12.24 – As figuras devem ser numeradas (algarismos arábicos) de acordo com a ordem em que aparecem no texto, e devem ser citadas no corpo do mesmo.

12.25 – Títulos e legendas de figuras devem ser apresentados em arquivo de texto separado dos arquivos das figuras.

12.26 – Formato vetorial. O desenho vetorial é originado a partir de descrições geométricas de formas e normalmente é composto por curvas, elipses, polígonos, texto, entre outros elementos, isto é, utilizam vetores matemáticos para sua descrição.

12.27 – Finalização da submissão. Ao concluir o processo de transferência de todos os arquivos, clique em "Finalizar Submissão".

12.28 – Confirmação da submissão. Após a finalização da submissão o autor receberá uma mensagem por e-mail confirmando o recebimento do artigo pelos CSP. Caso não receba o e-mail de confirmação dentro de 24 horas, entre em contato com a secretaria editorial de CSP por meio do e-mail: csp-artigos@ensp.fiocruz.br.

13. ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO

13.1 – O autor poderá acompanhar o fluxo editorial do artigo pelo sistema SAGAS. As decisões sobre o artigo serão comunicadas por e-mail e disponibilizadas no sistema SAGAS.

13.2 - O contato com a Secretaria Editorial de CSP deverá ser feito através do sistema SAGAS.

14. ENVIO DE NOVAS VERSÕES DO ARTIGO

14.1 – Novas versões do artigo devem ser encaminhadas usando-se a área restrita de gerenciamento de artigos http://www.ensp.fiocruz.br/csp/ do sistema SAGAS, acessando o artigo e utilizando o link "Submeter nova versão".

15. PROVA DE PRELO

15.1 – A prova de prelo será acessada pelo(a) autor(a) de correspondência via sistema (http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/acesso/login). Para visualizar a prova do artigo será necessário o programa Adobe Reader ou similar. Esse programa pode ser instalado gratuitamente pelo site: http://www.adobe.com/products/acrobat/readstep2.html.

15.2 - Para acessar a prova de prelo e as declarações, o(a) autor(a) de correspondência deverá acessar o link do sistema: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/acesso/login, utilizando login e senha já cadastrados em nosso site. Os arquivos estarão disponíveis na aba "Documentos". Seguindo o passo a passo:

15.2.1 – Na aba "Documentos", baixar o arquivo PDF com o texto e as declarações (Aprovação da Prova de Prelo, Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica) e Termos e Condições);

15.2.2 – Encaminhar para cada um dos autores a prova de prelo e a declaração de Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica);

15.2.3 – Cada autor(a) deverá verificar a prova de prelo e assinar a declaração Cessão de Direitos Autorais (Publicação Científica);

15.2.4 – As declarações assinadas pelos autores deverão ser escaneadas e encaminhadas via sistema, na aba "Autores", pelo autor de correspondência. O upload de cada documento deverá ser feito no espaço referente a cada autor(a);

15.2.5 – Informações importantes para o envio de correções na prova:

15.2.5.1 – A prova de prelo apresenta numeração de linhas para facilitar a indicação de eventuais correções;

15.2.5.2 – Não serão aceitas correções feitas diretamente no arquivo PDF;

15.2.5.3 – As correções deverão ser listadas na aba "Conversas", indicando o número da linha e a correção a ser feita.

15.3 – As Declarações assinadas pelos autores e as correções a serem feitas deverão ser encaminhadas via sistema (http://cadernos.ensp.fiocruz.br/publicar/br/acesso/login) no prazo de 72 horas.

Artigos qualitativos

As metodologias qualitativas representam um conjunto amplo e diversificado de procedimentos interpretativos comprometidos com a análise dos significados das ações sociais e das experiências humanas. Seus métodos atravessam distintos campos disciplinares e, portanto, apresentam diferentes parâmetros para aferir a qualidade e as "boas práticas" de pesquisa.

Traçamos aqui um roteiro básico das informações e critérios científicos que consideramos importantes para um artigo que aporte métodos qualitativos. Antes de enviar seu texto reflita sobre essas indagações. Embora não seja uma listagem de itens universais ou obrigatórios, a maioria refere a questões muito relevantes.

Adequação aos propósitos de análise qualitativa

- O artigo explora os processos sociais a fim de compreender os significados, sentidos das ações e experiências?
- O objeto de pesquisa é claramente contextualizado?

Quadro teórico

- O artigo apresenta diálogo com alguma teoria ou reflexão teórica das Ciências Sociais e Humanas em suas interfaces com a Saúde Coletiva?

- Há perguntas que orientem a busca investigativa?

Metodologia

- O artigo explicita o(s) tipo(s) de método(s) empregado(s), seus princípios e sua adequação ao objeto de estudo?

- Os acervos utilizados em pesquisas qualitativas são muito diversificados (entrevistas, conversas, observações, fotos, músicas, documentos oficiais etc.). Em qualquer caso, a justificativa para a eleição da referida fonte e os critérios de seleção estão definidos?

- Os critérios para escolha do campo de pesquisa e dos sujeitos estão demarcados? Tais critérios são coerentes com os propósitos do estudo?

- As técnicas para a coleta (construção) dos dados são descritas e suas eventuais limitações explicitadas?

- O critério para definir o número de registros tomados para análise (número de entrevistas, de observações ou outros documentos) é descrito?

- As relações, posições e mediações entre pesquisador e os sujeitos do estudo e suas possíveis influências nos resultados são mencionadas (reflexividade)?

- O tratamento do material e os procedimentos de análise são minuciosamente detalhados?

- As etapas do processo interpretativo são assinaladas? São descritas as categorizações, agrupamentos, comparações etc.?

- As categorias empregadas para análise (caso existam) são apresentadas?

Resultados e Discussão

- Os resultados apresentados são claros e coerentes com os objetivos do estudo?

- Há equilíbrio entre os resultados apresentados e os distintos objetivos listados?

- Os resultados apresentados trazem informações relevantes e contextualizadas?

- São elucidativos para melhor compreender ou "responder" às perguntas do estudo? – Os resultados contribuem para a ampliação do conhecimento ou restringem-se ao nível da confirmação de estudos anteriores?

- As evidências empíricas para as interpretações feitas são apresentadas (citações, trechos de diários de campo, entre outros) de forma adequada e suficiente?

- As interpretações são demarcadas, distinguindo-se do nível descritivo?

- As interpretações apresentadas dialogam com a literatura da área de forma adequada, atualizada e suficiente?

- As conclusões encontram respaldo nos resultados do artigo?